



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**UMA ANÁLISE DO CAPITAL FINANCEIRO:
O BNDES E O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO**

ANDREZZA CAROLINE BONKEVICH SUZIM

Foz do Iguaçu

2016

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS – ECONOMIA,
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**UMA ANÁLISE DO CAPITAL FINANCEIRO:
O BNDES E O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO**

ANDREZZA CAROLINE BONKEVICH SUZIM

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado

Foz do Iguaçu
2016

ANDREZZA CAROLINE BONKEVICH SUZIM

**UMA ANÁLISE DO CAPITAL FINANCEIRO:
O BNDES E O SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Correa Prado
UNILA

Profa. Dra. Marina Machado de Magalhães Gouvea
UNILA

Prof. Dr. Wolney Roberto Carvalho
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho à memória de meus avôs, Pedro e Valter. Aos meus pais e às minhas avós.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu professor orientador, Fernando, não só pela orientação neste trabalho, como também o professor que é, e sobretudo pela paciência, calma e a forma como chegamos à conclusão deste trabalho.

Aos professores da banca pelas orientações e considerações sobre o presente trabalho para que eu possa continuar aprofundando e aprimorando meus conhecimentos e pesquisas futuras.

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana pelo auxílio financeiro durante a graduação, sem o qual eu não poderia ter me dedicado a estudar integralmente e pela oportunidade de conviver no dia-a-dia com colegas de boa parte da América Latina e vivenciar diversas culturas e idiomas.

Aos docentes da Unila, em especial, aos de Ciências Econômicas, com os quais pude ter maior contato e que me proporcionaram uma visão mais ampla do mundo e das relações econômicas e sociais, tanto em salas de aulas, quanto fora delas, e que me inspiraram a sempre buscar conhecimento, e isto levarei para toda a vida, em especial, ao professor Dr. Wolney que me orientou na pesquisa de iniciação científica que deu base para este trabalho.

Aos colegas de curso que tornaram essa jornada mais unida e alegre em meio às provas, trabalhos e afins. Aos amigos que fiz durante os anos de Unila e por causa dela, de convivência diária, que me ajudaram a ser quem sou hoje e estiveram presentes em (quase) todos os momentos, estes foram essenciais à esta etapa da minha vida.

Por fim, meus profundos agradecimentos à minha avó, Selmira, por tudo o que ela fez e faz por mim todos os dias; à minha avó, Selia, pela compreensão e apoio; à minha mãe, Rozinei, sempre atenciosa e prestativa a tudo o que preciso; ao meu pai, Andrei, por todo o apoio; à todos os tios (a) e primos (a) pelo apoio e torcida.

SUZIM, Andrezza Caroline Bonkevich. **Uma Análise Do Capital Financeiro: O BNDES E O Subimperialismo Brasileiro**. 2016. 65 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar e compreender o capital financeiro, na tentativa de inferir como ele se manifesta na contemporaneidade brasileira e como a relação entre essa categoria de análise e tudo o que lhe é intrínseco induz no posicionamento do país frente à economia mundial dentro do contexto de subimperialismo. Para isso, analisaram-se dados sobre os financiamentos às exportações do BNDES entre os anos de 2003 a 2010, a fim de inferir qual seria a posição alcançada pelo país dentro do sistema interestatal. Portanto, a metodologia utilizada parte de uma pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com dados oficiais do BNDES. Considerando o financiamento do BNDES para exportações como uma das expressões do capital financeiro contemporâneo, tem-se como resultado a possibilidade de concluir que o Brasil já chegou à etapa do capital financeiro, e por isso, busca no exterior a reprodução do capital e ganho de mais-valia que através do mercado interno não consegue mais sua expansão, tendo como manifestações a superexploração da força de trabalho, a apropriação de valor nos países mais frágeis e a transferência de valor para os países imperialistas, sem deixar de ser uma economia dependente e mantendo uma cooperação antagônica com os países imperialistas. Portanto, infere-se que o Brasil alcançou a posição de país subimperialista – mantida até os dias atuais.

Palavras-chave: Capital Financeiro. BNDES. Exportações. Subimperialismo. Estado.

SUZIM, Andrezza Caroline Bonkevich. **An Analysis Of Financial Capital: The BNDES And The Brazilian Sub-imperialism.** 2016. 65 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

ABSTRACT

This study aims to analyze and understand the financial capital, in an attempt to infer how it manifests in the Brazilian contemporary and how the relationship between this category of analysis and all that is intrinsic it induces in the country's positioning across the world economy in the sub-imperialism context. For this, it was analyzed data on financing exports BNDES between the years 2003-2010 in order to infer what is the position reached by the country within the interstate system. Therefore, the methodology used part of a bibliographic and documentary research, with official BNDES data. Whereas exports of BNDES as one of the expressions of contemporaneity financial capital, has as a result the possibility to conclude that Brazil has already reached the stage of finance capital, and therefore search outside the reproduction of capital and plus-value that through the intern market can no longer expansion, with the manifestations of overexploitation of the workforce, the appropriation of value in the most fragile countries, the transfer of value to the imperialist countries, ceasing to be a dependent economy and maintaining an antagonistic cooperation with the imperialist countries. Therefore, it appears that Brazil reached the country of sub-imperialist position - maintained to the present day.

Key words: Financial Capital. BNDES. Exportation. Sub-imperialism. State.

SUZIM, Andrezza Caroline Bonkevich. **Un análisis Del Capital Financiero: El BNDES Y El Sub-imperialismo Brasileño**. 2016. 65 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar y comprender el capital financiero, en un intento de deducir cómo se manifiesta en la contemporaneidad brasileña y cómo la relación entre esta categoría de análisis y todo lo que es intrínseca a ella induce en el posicionamiento del país en la economía mundial dentro del contexto del sub-imperialismo. Para ello, se analizaron los datos sobre las exportaciones de financiación del BNDES entre los años 2003-2010 con el fin de inferir cuál es la posición alcanzada por el país dentro del sistema interestatal. Por lo tanto, la metodología utilizada parte de una investigación bibliográfica y documental, con datos oficiales del Banco. Considerando las exportaciones de BNDES como una de las expresiones del capital financiero contemporáneo, se tiene como resultado la posibilidad de concluir que Brasil ya ha alcanzado la fase del capital financiero, y por lo tanto busca afuera la reproducción del capital y ganar plus-valía que a través del mercado interno ya no puede expandirse, con manifestaciones en la sobreexplotación de la fuerza de trabajo, la apropiación de valor en los países más frágiles, la transferencia de valor a los países imperialistas, sin dejar de ser una economía dependiente y manteniendo una cooperación antagónica con los países imperialistas. Por lo tanto, parece que Brasil alcanzó la posición de país sub-imperialista – posición mantenida hasta nuestros días.

Palabras-clave: Capital Financiero. BNDES. Exportaciones. Sub-imperialismo. Estado.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxas de juros dos financiamentos em relação ao anos dos desembolsos.....	37
Gráfico 2 – Desembolsos em US\$ do BNDES às empresas com relação aos países de destinação.....	38
Gráfico 3 – Porcentagem de participação das empresas sobre os financiamentos.....	39
Gráfico 4 – Empresas exportadoras com relação aos países de destinação do apoio do BNDES.....	43
Gráfico 5 – Porcentagem dos países de destinação sobre as demais operações.....	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS.....	11
1.1.1 Objetivos Gerais.....	11
1.1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
1.3 METODOLOGIA.....	14
2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	15
2.1 O SISTEMA DE CRÉDITO E O PAPEL DOS BANCOS.....	19
2.2 O CAPITAL FINANCEIRO.....	26
3. OS BANCOS PÚBLICOS.....	29
3.1 O BNDES E AS EXPORTAÇÕES.....	30
3.1.1 Análise de Dados do Produto BNDES Exim Pós-embarque.....	33
4. O BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE.....	45
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	45
4.2 O SUBIMPERIALISMO E O BRASIL.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	61

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir do interesse em aprofundar e contribuir com conhecimento acerca da categoria capital financeiro e, em particular, do seu papel no cenário brasileiro atual frente à economia mundial.

Como se há de verificar, o objetivo deste trabalho é compreender a temática do capital financeiro em si, como o fenômeno se mostra desde seu surgimento, além de, pontualmente, analisá-lo no caso do Brasil através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Dessa maneira, pode-se nortear a análise do capital ocioso¹ presente no banco, bem como a expansão deste capital, focando no mercado externo, essencialmente nos financiamentos à exportação de bens e serviços.

Nesse sentido, deve-se dizer que o estudo prévio citado acima possibilita a percepção da posição brasileira alcançada em relação ao modo de produção capitalista e como o país se mostra frente à economia mundial na contemporaneidade.

Após essa introdução, no segundo capítulo será analisado o capital financeiro, tratando de sua definição, significado, implicações e o que está intrínseco a este, a partir de uma revisão bibliográfica de alguns dos principais autores da categoria, partindo de Marx, passando por Hilferding, e especialmente, Lênin.

O terceiro capítulo abarca o estudo do capital financeiro em um dos bancos estatais brasileiros que é o BNDES, analisando dados e estatísticas disponíveis com respeito à expansão contemporânea do capital ocioso do banco para a exportação, sobre a atuação e destinação deste capital ao longo dos anos de 2003 a 2010.

A partir das temáticas expostas acima, em novo capítulo, torna-se oportuno inferir alguns elementos da atuação do BNDES para o país e sua relação com a economia mundial. Cumpre observar, preliminarmente, que se fazem presentes, nesse contexto, a abordagem de temas como a existência do subimperialismo brasileiro.

Em última análise, serão apresentadas as considerações finais do trabalho desenvolvido.

¹ Tenha-se presente que “capital ocioso” utilizado aqui faz referência ao dinheiro que está disponível para financiamento no banco, particularmente nesta análise, ao de exportação.

1.1 OBJETIVOS

Nas subseções a seguir são descritos os objetivos gerais e os objetivos específicos.

1.1.1 Objetivos Gerais

Busca-se compreender de que maneira o capital financeiro se inseriu na economia brasileira, para assim analisar como o país se posiciona frente à economia mundial na contemporaneidade.

1.1.2 Objetivos Específicos

Investigar a expansão do capital ocioso presente no BNDES, bem como sua atuação e destinação durante os anos de 2003 a 2010, verificando seu papel na composição da economia e da política brasileira.

1.2 JUSTIFICATIVA

Na contemporaneidade, há uma importante controvérsia acerca da posição do Brasil dentro da hierarquia do modo de produção capitalista, sendo comum que o identifiquem como uma “potência emergente” ou como um país que conforma a “semiperiferia”, e inclusive como um país onde se manifesta um “subimperialismo”, o que não implica em ignorar sua condição dependente, que continua e se acentua com o surgimento do capital financeiro.

A importância do Estado para o desenvolvimento do capitalismo em sua fase financeira pode ser facilmente percebida quando uma das políticas econômicas adotadas pelos Estados é a de desenvolver as forças produtivas do país, que ocorre, especialmente, pelos grandes conglomerados capitalistas, em concordância com Rocha (2013). Esse processo vai se fazendo mundial – mais precisamente após os anos 1870, segundo Lênin (2011) – na medida em que os países com maior acumulação de capital passam para a fase do capital financeiro –

muito antes dos países cujo acúmulo de capital são, significativamente, menores – e condicionam

[...] as formas de constituição do capital financeiro dos países de industrialização tardia que lograram alcançar tal estágio de desenvolvimento capitalista. Justamente por isto, suas manifestações concretas posteriores não serão as mesmas, sendo mediadas sempre pelo grau de maturidade do Capital Financeiro em escala internacional. (ROCHA, 2013, p. 26)

O papel estatal nas relações com o capital, não só o privado, como também o público, fica evidente quando analisamos as ações aplicadas dentro das políticas econômicas adotadas em determinados períodos, pois os

[...] Estados desempenham o papel crucial de apoio aos empresários, assumindo parte de seus custos de produção, garantindo monopólios e “quase-monopólios” às expensas de outros capitalistas – ou seja, evitando a “livre” concorrência – e restringindo a capacidade dos trabalhadores de defender seus interesses através de parciais redistribuições da mais-valia. Outrossim, o Estado territorial é necessário, pois é o criador de condições normativas e infraestruturais de garantia de sucesso para os investimentos, sobretudo, dos grandes capitais. Por seus próprios investimentos o Estado participa de uma divisão de atividades que atribui aos grandes capitais pequenos riscos, assegurando assim a continuidade e reprodução da divisão desigual de riquezas, e, finalmente, o Estado assume papel mistificador, criador da ideologia da paz social e da ilusão da ascensão social. (CATAIA², 2011, p. 119)

De acordo com Lênin (2011), essa nova configuração do capitalismo ocorre no final do século XIX e início do XX, onde se dá a dominação do capital financeiro em comparação com o capital em geral. Essa nova era também é chamada por alguns estudiosos, inclusive Lênin, como a fase imperialista do capitalismo. Convém ressaltar que, para se entender o capital financeiro, é necessário levar em consideração a relevância do alto grau de concentração da produção e do capital, que conduzem à criação dos monopólios, oligopólios e dos grandes grupos econômicos. Dessa maneira, segundo Hilferding, em última análise o capital financeiro é o capital disponível nos bancos que é utilizado pelos industriais, ou seja, o capital bancário se transformará em financeiro quando os industriais o utilizarem.

O capital ocioso dos bancos é o que mais se assemelha ao capital financeiro, pois em ambos os capitais pode-se observar o “caráter *rentista*, isto é, tendo na forma mais geral de rendimento sobre o capital, a renda, sua forma de apropriação do excedente” (ROCHA, 2013, p. 30).

² Este autor se baseia em Santos (1978), Wallerstein (2002) e Hobsbawn (2007).

Oportuno se torna dizer que, o maior e mais expressivo agente dessa fase do capitalismo brasileiro é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que “é o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o ‘desenvolvimento’ econômico e social do País”, de acordo com o artigo 3º do Estatuto da Empresa (DECRETO Nº: 4.418, 2002), com financiamentos de projetos no Brasil e no exterior.

Os financiamentos de projetos no Brasil cresceram significativamente entre 2003 e 2010, passando neste período de R\$33.534 bilhões para R\$168.423 bilhões nas operações correntes, somando um total de R\$ 632.215 bilhões durante os 8 anos, com crescimento de 402,25%³ (entre 2003 e 2010). Como se há de verificar, os financiamentos de obras no exterior contratadas junto a entes públicos entre os anos de 2003 a 2010 ficaram entre os países da Argentina, Venezuela, Cuba, República Dominicana e Angola, cujos somatório dos valores ultrapassam os US\$ 5 bilhões, sendo de US\$ 113.074.391 milhões em 2003 passando a US\$ 1.209.375.297 bilhão em 2010, com crescimento de 969,54%⁴ no período apresentado.

Convém ressaltar que os financiamentos citados acima destinaram-se à exportação de bens e serviços, prioritariamente de engenharia em áreas de infraestrutura, seja em construção, ampliação e/ou modernização sobre um determinado projeto. As empresas que receberam estes financiamentos foram, essencialmente, a Construtora Norberto Odebrecht AS, cuja participação foi de pouco mais de US\$3,5 bilhões e a Construtora Andrade Gutierrez S/A com pouco mais de US\$1,1 bilhão. Outros financiamentos expressivos foram destinados à Construtora Queiroz Galvão S/A e a Construções e Comércio Camargo Correa S/A, que juntos, no entanto, não somam US\$340 milhões⁵. Tenha-se presente que estas mesmas empresas continuaram entre as de maior participação nos financiamentos externos até o ano de 2015.

Cumprir observar todavia que os financiamentos de exportação foram realizados a prazos que variaram, majoritariamente, de 108 a 186 como máximo de meses para pagamento. Contudo, apenas um país dessa lista pôde mais do que duplicar seus prazos – se comparado com os demais –, que é o caso de Cuba, com 300 meses para saldar sua dívida.

Levando-se em consideração a frase de que o capital financeiro é aquele disponível nos bancos para os industriais utilizarem (HILFERDING, 1985), pode-se inferir que as práticas

³ Resultado obtido por meio das Estatísticas Operacionais:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html>.

⁴ Resultado obtido por meio da Consulta a financiamentos de exportação para obras no exterior: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/painel_consulta_pos_embarque_obras.html>.

⁵ Ibid.

do BNDES acima mencionadas relacionam-se com essa definição, tendo-se em vista determinados financiamentos, não só no Brasil, como também no exterior, que durante um processo de construção/produção são transformados em algum dado produto final.

Um dos reflexos desse processo é a enorme injeção de capital proporcionada pelo BNDES às empresas, principalmente para as grandes empresas, como por exemplo e também o mais expressivo desse processo, tem-se que “entre 2007 e o início de 2015, o banco de fomento destinou à Odebrecht cerca de 70% de todo recurso destinado à obras de empresas brasileiras no exterior. Dos R\$ 12 bilhões emprestados pelo banco com essa finalidade, R\$ 8,2 bilhões foram para o grupo” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016). Estes números viabilizaram o crescente faturamento da empresa, que de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo (2016), “em 2003, quando Lula chegou à presidência, a Odebrecht já era considerada a maior empreiteira do país, com faturamento de R\$ 17,3 bilhões. Até 2014, a receita foi multiplicada por seis, para R\$ 107,7 bilhões”.

O BNDES tem sido o grande representante na promoção da internacionalização e da exportação de capitais, bens e serviços das empresas brasileiras, ilustrando assim a importância do tema, sobre o qual uma determinada política externa brasileira pode potencializar as empresas nacionais, a relação e também o posicionamento com os demais países frente à economia mundial.

1.3 METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho partirá de uma pesquisa bibliográfica a ser desenvolvida em materiais constituídos principalmente de livros, artigos científicos e jornais acerca da temática proposta. Buscar-se-á também, efetuar uma pesquisa documental, tendo como ponto de partida documentos e dados oficiais, dados censitários e/ou registros de arquivos e estatísticas do banco de desenvolvimento.

2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O capital financeiro é produto do desenvolvimento histórico do modo de produção e reprodução capitalista, dessa maneira, para que se entenda o verdadeiro significado dessa categoria e tudo o que lhe é intrínseco desde o seu surgimento faz-se necessário essa análise primária indicando seu nascimento.

Pode-se dizer que a acumulação primitiva⁶ atuou como indutora do novo modo de produção, ou seja, ela precede à acumulação capitalista, pois é pressuposto da mais-valia, que pressupõe a produção capitalista

[...] e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos sair supondo uma acumulação “primitiva” (*previous accumulation* em A. Smith), precedente à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida. (MARX, 1996, p. 339)

Dessa maneira, tem-se a acumulação primitiva como a base de toda a exploração do sistema capitalista. A partir desse processo, os movimentos de acumulação primitiva (expropriação, pilhagem, roubo, cercamentos, em sua maioria, de forma violenta) transformaram, gradativamente, muitos espaços antes sociais e/ou comunais em propriedades privadas modernas, “conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros” (MARX, 1996, p. 355).

De acordo com Marx (1996), a era capitalista só data do século XVI, contudo, existiam indícios de um novo modo de produção que se mostravam em algumas cidades mediterrâneas ainda nos séculos XIV e XV. Onde o capitalismo surge, “a servidão já está abolida há muito tempo e o ponto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito começou a empalidecer” (MARX, 1996, p. 341). Marx toma como exemplo a Inglaterra, onde “a servidão⁷ tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido. A

⁶ “[...] o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. Assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996, p. 340).

⁷ O feudalismo deixou de existir na medida em que o modo de produção capitalista surgiu e foi se estabelecendo; no primeiro, existiam os servos que partilhavam a terra entre si, possuíam meios de produção e também a propriedade do produto de seu trabalho. Uma parte da produção de cada servo camponês e artesão se destinava ao

grande maioria da população consistia naquela época (na Europa), e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos” (1996, p. 342), caracterizados por possuírem apenas (ou quase isso) sua força de trabalho para vender em troca de uma determinada quantia de dinheiro em forma de salário para a própria subsistência e reprodução enquanto trabalhador, propulsionando a dissociação definitiva entre as classes trabalhadora e capitalista.

Após todo esse processo de transição do modo de produção feudal para o capitalista, a produção de mercadorias deixa de ser individual e passa a ser social, isto é, realiza-se cooperativamente. Quanto mais a divisão do trabalho se incorpora, tanto mais essa produção é social. A divisão do trabalho passa a ser cada vez mais uma divisão social do trabalho, pois as mercadorias se tornam produto da ação social⁸ de todos os homens.

Simultaneamente a isso, tem-se a existência de dois tipos de capitais pré-capitalistas que sobreviveram e se transformaram na fase capitalista – porque passam a ser funcionais na reprodução do capital industrial, isto é, na esfera da produção – que são o capital comercial⁹ e o usurário, existentes desde as primeiras trocas, que, de acordo com Marx, se referindo ao primeiro, explica que é “mais antigo do que o modo de produção capitalista: de fato, ele é o modo de existência livre historicamente mais antigo do capital” (MARX, 1984, p. 244), existente nas comunidades primitiva, escravista, camponesa e capitalista. Dessa maneira,

[...] o capital comercial aparece como a forma histórica do capital, muito antes de o capital submetido a si a própria produção. Sua existência e seu desenvolvimento a certo nível é em si pressuposto histórico para o desenvolvimento do modo de produção capitalista: 1) como condição prévia da concentração de fortuna monetária; e 2) porque o modo de produção capitalista pressupõe produção para o comércio, venda por atacado e não ao cliente individual, portanto também um comerciante, que não compra para satisfazer a suas necessidades pessoais, mas que concentra em seu ato de compra os atos de compra de muitos. (MARX, 1984, p. 245-6)

senhor feudal – proprietário das terras – em troca da proteção à propriedade e segurança. O modo de produção feudal era caracterizado “pela partilha do solo entre o maior número possível de súditos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de seus súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos” (MARX, 1996, p. 343).

⁸ Reitera-se aqui que o valor só é criado no processo produtivo realizado pelos trabalhadores.

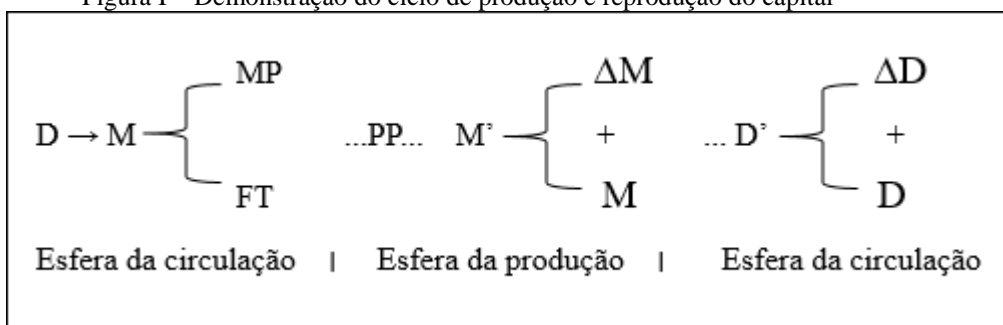
⁹ Sobre o qual, “o comerciante compra a mercadoria e depois a vende: D – M – D’”, (MARX, 1984, p. 205), onde D significa dinheiro que é despendido em M (mercadorias), para depois tornar-se D’, que é o D inicial mais o acréscimo de dinheiro. Esse capital só ganha maior expressividade após a produção mercantil simples de mercadoria e de dinheiro que era voltada para a compra e venda de mercadorias, cujos preços – expressões monetárias do valor – baseavam-se no tempo de trabalho socialmente necessário à produção de determinada mercadoria, segundo Marx. Portanto, “comprar barato para vender caro é a lei do comércio” (MARX, 1984, p. 247).

À medida que os capitalistas comerciantes vão surgindo, surgem também as corporações comerciais, que vendiam suas mercadorias a preços combinados com outras corporações e decidiam em comum o preço a pagar aos produtores por cada tipo de mercadoria, por quanto deveriam vendê-las e onde os atos de compra e venda deveriam ser realizados, formando já corporações combinadas, como exemplo os cartéis, depois monopólios – originando também a taxa geral de lucro, sobre a qual os últimos conseguiam ultrapassar.

Nesse contexto, para que se entenda o processo produtivo, e também de onde se origina a mais-valia, faz-se necessário uma demonstração do ciclo de produção e reprodução do capital que induz à abstração do capital industrial em suas diferentes esferas, ou seja, da circulação e da produção. Fator que promove uma maior especialização na divisão do trabalho, pois o que anteriormente era de total responsabilidade¹⁰ do capital industrial, ou seja, do capitalista produtivo – proprietário desse capital –, agora são divididas e passam a um capitalista comercial, na esfera da circulação.

Portanto, para Marx, a produção capitalista passa pelos movimentos do ciclo¹¹ – que é unitário – de produção e reprodução do capital que estão demonstrados abaixo na Figura I.

Figura I – Demonstração do ciclo de produção e reprodução do capital



Com base em Marx, 1984. Elaboração própria.

A partir do esquema reproduzido na figura acima, entende-se que o capitalista que possui o capital dinheiro latente (D) em busca de valorização, o despense na compra de mercadorias (M), que são: força de trabalho (FT) – energia física e mental dos trabalhadores –

¹⁰ Um exemplo bem específico seria a responsabilidade de que o capitalista industrial também “saísse” para vender seu produto final no mercado; ato que agora é ação do capitalista comercial; aumentando o lucro da esfera da produção e também da circulação – que se apropria –, bem como a diminuição no tempo de rotação do ciclo do capital.

¹¹ Cabe destacar também o entrelaçamento entre essas formas relativamente autonomizadas, além da dissociação destas. Sobre o qual, de acordo com Lênin, no entrelaçamento há uma separação funcional, mas entrelaçamento na propriedade. Assim, existe uma relação dialética entre a autonomização funcional e o entrelaçamento.

e meios de produção (MP) – objetos sobre os quais recaem o trabalho, ou seja, matérias-primas, ferramentas, máquinas, dentre outros. Essas mercadorias serão utilizadas durante o processo produtivo (PP), nele o trabalhador transformará as matérias-primas em uma nova mercadoria com valor acrescido. Essa nova mercadoria se divide em: acréscimo de valor sob a forma de mercadoria (ΔM), mais a mercadoria que já existia no começo do processo produtivo (M) (que foram a força de trabalho “FT” e os meios de produção “MP”). A existência dessa nova mercadoria com valor acrescido possibilita um acréscimo de dinheiro (ΔD) ao serem vendidas, mais o capital dinheiro latente utilizado no início de todo o processo (D).

Esse esboço do ciclo de produção e reprodução capitalista se faz útil dado que a dissociação das duas esferas – circulação e produtiva – também são produtos do desenvolvimento histórico do capital, sobre o qual o capitalista industrial vislumbrou a possibilidade de maior ganho de mais-valia quando se tornasse responsável apenas pela esfera da produção e demandasse as demais funções (seja para dirigentes ou mesmo para outras empresas que o fariam, isto é, aos capitalistas comerciais). Nas palavras de Marx, “o produtor poupa tempo na venda, o qual ele pode empregar na supervisão do processo de produção, enquanto o comerciante precisa empregar todo o seu tempo em vender” (1984, p. 209).

Tal demonstração também é pertinente ao fato de que, de acordo com Marx, será apenas no processo produtivo que a mais-valia pode ser produzida, isto é, dentro da esfera produtiva. Dessa maneira, tanto o capital comercial quanto o usurário – existentes na esfera da circulação – não produzem lucro, no entanto, o primeiro possibilita um aumento do lucro, pois à “[...] medida que contribui para encurtar o tempo de circulação, pode ajudar a aumentar indiretamente a mais-valia produzida pelo capitalista industrial” (MARX, 1984, p. 211-2), mas sempre se apropriará de mais-valia proveniente do processo produtivo.

No que se refere ao capital usurário¹², esse possuía duas formas, sendo a primeira a usura que eram os empréstimos aos fidalgos e proprietários de terras, a segunda forma era a de empréstimo de dinheiro aos pequenos produtores (proprietários dos meios de produção). Nesse tipo capital, em contraste ao comercial, “a forma $D — M — D'$ é reduzida aos extremos não mediados $D — D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias” (MARX,

¹² “Mercadores e usurários — representantes do capital mercantil pré-capitalista — concentraram a riqueza em dinheiro mediante toda espécie de fraude e de extorsão, características da atuação do capital nas formações sociais anteriores ao capitalismo. A aplicação do dinheiro acumulado na circulação mercantil e monetária à produção de mercadorias levou à exploração acentuada, à pauperização e à expropriação dos artesãos” (MARX, 1996, p. 35). A usura tornou-se historicamente um processo de aparecimento de capital, formando uma riqueza monetária. E esta é também uma condição prévia, de acordo com Marx (1996), para a gênese do modo de produção capitalista, que criou também as condições iniciais para o capital industrial com o auxílio do capital comercial.

1996, p. 283), mas que se apodera de todo o excedente sob a forma de juro, excedente esse que igualmente provém da esfera da produção.

Entretanto, foi somente com o surgimento do capital industrial – despendido no processo produtivo – que o capital usurário tornou-se seu subordinado, na proporção em que a indústria necessitava cada vez mais de capital e se desenvolvia com rapidez, considerando os juros exorbitantes da usura, o Estado¹³ precisou intervir a fim de estabelecer uma taxa de juros para que o capitalista usurário não cobrasse juros abusivos a seus prestatários.

2.1 O SISTEMA DE CRÉDITO E O PAPEL DOS BANCOS

Nunca é demais lembrar o peso e o significado do surgimento¹⁴ e da formação do sistema de crédito, que também foi uma necessidade histórica, de acordo com Marx, “para mediar a equalização da taxa de lucro ou o movimento dessa equalização, sobre a qual repousa toda a produção capitalista” (1984, p. 331). Verifica-se também a diminuição nos custos de circulação, que segundo Marx, ocorrem porque o dinheiro em si não está mais presente em grande parte das transações, há a aceleração da circulação e da metamorfose das mercadorias, do capital e também da circulação monetária. “Por outro lado, o crédito permite manter por mais tempo separados os atos de compra e de venda, servindo por isso de base para a especulação” (MARX, 1984, p. 331).

A base desse sistema é o capital produtor de juros¹⁵, de acordo com Marx (1984), pois tem como seu objetivo emprestar dinheiro para obter mais dinheiro sob a forma de juro, onde impulsionam a produção ao serem concedidos créditos à – novos – capitalistas, trazendo maiores possibilidades para o aumento das forças produtivas e da acumulação de capital.

Os bancos, em um primeiro momento, de acordo com Lênin, tinham como função principal a de servir como intermediadores nos pagamentos. “Realizando-a eles convertem o

¹³ O Estado moderno surgiu com o modo de produção capitalista, juntamente com o direito moderno, tendo como um de seus objetivos o de assegurar medidas restritivas para o “bom funcionamento do sistema”, como por exemplo, o estabelecimento de uma taxa de juros.

¹⁴ Entre os séculos XII e XIV já se formavam associações de crédito nas cidades italianas, como Veneza e Gênova, devido à necessidade de libertar o comércio do domínio da usura e dos monopolizadores do comércio de dinheiro, segundo Marx (1984). Consequentemente, a taxa de juros diminuía na medida em que o sistema de crédito se desenvolvia, pois essas associações subordinavam o capital produtor de juros ao capital comercial e ao industrial.

¹⁵ A relação entre o capital produtor de juros e o capital fictício como sendo dois desdobramentos do capital bancário é uma temática que envolve uma das maiores controvérsias do marxismo contemporâneo, e portanto, deve ser trabalhada mais detalhadamente em trabalhos futuros.

capital-dinheiro inativo [ocioso] em capital ativo, isto é, em capital criador de lucro, e reunindo toda as diversas espécies de rendimentos em dinheiro, coloca-os à disposição da classe capitalista” (Lênin, 2011, p. 138). Na proporção em que o número de pagamentos cresce, cresce também a quantia de dinheiro que se mantém no banco. Nas palavras de Lênin,

[...] vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração¹⁶ dos bancos. (LÊNIN, 2011, p. 138)

O desenvolvimento completo do sistema creditício juntamente com o bancário promovem e efetivam o caráter social¹⁷ do capital, assumindo um papel de suma importância no modo de produção capitalista, pois colocam à disposição dos capitalistas industriais e comerciais todo o capital ocioso da sociedade, seja o já disponível ou o potencial, pois são produto da ação social de todos os homens, tanto da classe capitalista quanto da trabalhadora.

O sistema de crédito possibilitou também a formação das sociedades por ações (S.A), fato que aumentou as escalas de produção e das empresas. Agora, o capital

[...] repousa sobre um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, recebe aqui diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em antítese ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em antítese às empresas privadas. É a abolição do capital como propriedade privada, dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. (MARX, 1984, p. 332)

Nas palavras de Marx, “o crédito oferece ao capitalista individual, ou àquele que passa por tal, uma disposição, dentro de certos limites, absoluta de capital alheio e propriedade

¹⁶ “Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos, como os ‘incorporam’, os subordinam, os incluem no ‘seu’ grupo, no seu ‘consórcio’ - segundo o termo técnico - por meio da ‘participação’ no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc.” (LÊNIN, 2011, p. 140).

¹⁷ “O que está agora para ser expropriado já não é o trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Essa expropriação se faz por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros. Paralelamente a essa centralização ou à expropriação de muitos outros capitalistas por poucos desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala sempre crescente, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho utilizáveis apenas coletivamente, a economia de todos os meios de produção mediante uso como meios de produção de um trabalho social combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista” (MARX, 1996, p. 380-1).

alheia e, em consequência, de trabalho alheio. Disposição sobre capital social, não próprio, dá-lhe disposição sobre trabalho social” (1984, p. 333-4). Vale dizer também que, o autor argumenta sobre a existência de uma dupla característica desse sistema que seria

[...] por um lado, desenvolver a mola propulsora da produção capitalista, o enriquecimento pela exploração do trabalho alheio, num sistema mais puro e colossal de jogo e fraude, e limitar cada vez mais o número de poucos que exploram a riqueza social; por outro lado, porém, constituir a forma de passagem para um novo modo de produção. (MARX, 1984, p. 335)

Focando, neste momento, na concentração bancária, tem-se que muitos

[...] capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc. (LÊNIN, 2011, p. 144)

Dessa maneira, a indústria torna-se relativamente dependente dos bancos, já que estes existem em número reduzido e por isso – analogamente ao que ocorreu com o capital usurário –, limitam a liberdade de escolha àquelas empresas à procura de crédito bancário. Um dos produtos disso é a ocorrência da “união dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa” (LÊNIN, 2011, p. 152). Adiciona-se a isso a união dessas sociedades com o governo, fator que pode facilitar e muito em negociações, como definição de taxa de juros, obras, e etc.

Importante se faz realçar que o capital produtor de juro, que expressa a valorização do capital monetário, forma a base do sistema de crédito, vinculado ao sistema e capital bancário e ao capital financeiro. Sendo assim, o capital dinheiro latente (sobre o qual pode ser expresso e entendido apenas por “dinheiro” também – que é a expressão monetária do valor), de acordo com Marx:

[...] pode na base da produção capitalista ser transformado em capital e, em virtude dessa transformação, passar de um valor dado para um valor que se valoriza a si

mesmo, que se multiplica. Produz lucro, isto é, capacita o capitalista a extrair dos trabalhadores determinado quantum de trabalho não-pago, mais-produto e mais-valia, e apropriar-se dele. Assim, adquire, além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui justamente no lucro que, uma vez transformado em capital, produz. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção de lucro, torna-se mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Ou, o que dá no mesmo, o capital enquanto capital se torna mercadoria. (MARX, 1984, p. 255)

Assim, o capital dinheiro latente é emprestado a uma determinada taxa de juros, seja para o capitalista produtivo ou comerciante, de certa forma, o capital produtor de juros é, na verdade, vendido como mercadoria ao prestatário. O capitalista que pegou determinada quantia de dinheiro emprestado a empregará como capital e ao final do processo com a venda das mercadorias existirá o montante inicial de dinheiro mais o lucro e uma parte deste se destinará ao pagamento do juro – que expressa a valorização do capital monetário, pago ao proprietário jurídico do dinheiro, conforme Marx (1984) – àquele que detém a propriedade do capital com respaldo da lei. E assim se dá a circulação do capital produtor de juros. Como, por exemplo, se existirem duas pessoas denominadas aqui por A e B, então

Se A, o proprietário das 100 libras esterlinas, as gastasse para seu consumo privado ou as guardasse consigo como tesouro, não poderiam ser gastas como capital por B, o capitalista funcionante. B não despense seu capital, mas o de A; mas não pode despender o capital de A sem contar com a vontade de A. Na realidade é A, pois, quem originalmente gasta as 100 libras esterlinas como capital, embora toda a sua função de capitalista se reduza a esse gasto de 100 libras esterlinas como capital. No que se refere a essas 100 libras esterlinas, B só funciona como capitalista porque A lhe deixa as 100 libras esterlinas e assim as gasta como capital. (MARX, 1984, p. 256)

Esse movimento faz com que o dinheiro se distancie do seu verdadeiro proprietário, mas com prazos e taxas determinados. Essa dissociação no tempo e de propriedade faz com que o capital produtor de juros apareça como dinheiro que gera dinheiro ($D - D'$), ou seja, o elemento mediador se oculta na aparência e é aí que surge a qualidade de alienação desse tipo de capital. Nas palavras de Marx,

O retorno do capital a seu ponto de partida é, em geral, o movimento característico do capital em seu ciclo global. Isso não é característico apenas do capital portador de juros. O que o distingue é a forma externa, dissociada do ciclo mediador do retorno. O capitalista prestamista entrega seu capital, transfere-o ao capitalista industrial, sem receber equivalente. Sua entrega não constitui ato algum do processo real de circulação do capital, mas apenas encaminha esse ciclo, a ser realizado pelo capitalista industrial. Essa primeira mudança de lugar do dinheiro não expressa ato algum da metamorfose, nem compra nem venda. A propriedade não é cedida, porque não ocorre intercâmbio, não se recebe equivalente. O retorno do dinheiro, das mãos do capitalista industrial às mãos do capitalista prestamista, apenas completa o primeiro ato de entrega do capital. Adiantado na forma de dinheiro, o capital retorna, pelo processo de circulação, ao capitalista industrial novamente na forma de dinheiro. Mas, uma vez

que o capital não lhe pertencia no momento do dispêndio, não pode pertencer-lhe quando retorna. (MARX, 1984, p. 261)

Entretanto, ainda que haja uma circulação completa do capital produtor de juros, não se pode afirmar sobre o real movimento que teve o dinheiro emprestado, o que se pode asseverar é que existe, de fato, um acordo jurídico entre prestamista e prestatário sobre as condições do empréstimo. Caso o reembolso não se dê dentro do prazo determinado, cabe ao prestatário encontrar outra fonte com o objetivo de efetuar o pagamento ao capitalista financeiro. Nas palavras de Marx, o retorno do dinheiro emprestado é tido “como consequência de um acordo jurídico especial entre comprador e vendedor [...], seu retorno como capital parece depender do simples acordo entre prestamista e mutuário” (1984, p. 262).

Portanto, tanto o prestamista quanto o prestatário

[...] despendem a mesma soma de dinheiro como capital. Mas só nas mãos do último ela funciona como capital. O lucro não se duplica pela dupla existência da mesma soma de dinheiro como capital pra duas pessoas. Esta só pode funcionar como capital para ambos mediante repartição de lucro. A parte que cabe ao prestamista chama-se juro. (MARX, 1984, p. 265)

O recorrido histórico realizado neste capítulo auxilia no entendimento da linha de continuidade e ruptura entre o capital usurário e o capital produtor de juros, sobre como o capital industrial subverte o capital usurário e o transforma em capital produtor de juros. A diferença entre esses dois tipos de capitais é que o capital produtor de juros passa a funcionar como uma forma relativamente autonomizada no ciclo de reprodução do próprio capital industrial – que é o dominante no ciclo de reprodução do capital –, e que no fundo remete à relação entre produção e sistema financeiro.

Nessa linha de análise, considerando o alto grau da acumulação de capital no desenvolvimento histórico do capitalismo, inicia-se em finais do século XIX a chamada partilha do mundo, movimento este que ocorre porque, segundo Lênin (2011), a concentração de capital chegou a um grau tão elevado que a necessita afim de que os capitalistas possam obter um diferencial no lucro, que já não seria possível dentro dos limites nacionais.

Nesse sentido deve-se dizer que a partilha do mundo foi fruto e propulsora da concentração e centralização do capital, considerando que o mundo foi dividido entre os anos de 1860 até o início da Primeira Guerra Mundial (1914), na qual “a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo” (LÊNIN, 2011, p. 202-3). De acordo com Lênin, “em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se

esforçaram por adquirir colônias¹⁸, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa” (2011, p. 203).

Faz-se necessário perceber que a partilha do mundo por meio da aquisição de colônias propulsou o capital financeiro e a política internacional, tanto na parte territorial, quanto econômica e política. A segunda refere-se a partilha entre os próprios grupos capitalistas, ou seja, entre associações, podendo ser trustes, cartéis, sindicatos e afins, pois estes já partilhavam o mercado interno, e considerando o alto grau de concentração e centralização do capital, fez-se necessário expandir sua influência à outros territórios também. A última – política – indica outro tipo de dependência, referindo-se a que muitos territórios tornaram-se dependentes politicamente, ou seja, dependentes diplomáticos e também do mercado financeiro (Lênin, 2011).

Cabe destacar a existência dos dois processos principais de desenvolvimento histórico do capitalismo, que são a concentração e a centralização¹⁹ do capital. Nas palavras de Marx, pode-se perceber a distinção entre a acumulação, concentração e centralização de capitais e seus significados, onde afirma que

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos

¹⁸ Ainda assim, a “política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo” (LÊNIN, 2011, p. 208), porém são distintas, pois a política colonial capitalista de fases anteriores não é a mesma que a do capital financeiro. “A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. [...]. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias” (LÊNIN, 2011, p. 208-9).

¹⁹ “[...] O processo de centralização expressou-se na absorção dos pequenos capitalistas e no desenvolvimento das grandes empresas individuais. Segundo o ritmo de desenvolvimento das grandes e mesmo das gigantescas empresas, passou a decrescer, de forma constante, a tendência extensiva da concorrência (no interior das fronteiras territoriais dadas); e baixou o número de concorrentes paralelamente ao processo de centralização. A intensidade da concorrência cresceu, entretanto, em ampla medida, dado que um número menor de grandes empresas passaram a jogar sobre o mercado um volume maciço de mercadorias jamais conhecido em épocas precedentes. A concentração e a centralização de capitais levaram assim à organização dos trustes. A luta, por meio da concorrência, vai tornar-se ainda mais áspera. Ela vai transformar-se de concorrência entre inúmeras empresas individuais, em concorrência encarniçada entre certas associações capitalistas de envergadura, empenhadas numa política complexa e, em grande parte, calculada. Mal a concorrência cessa num ramo inteiro da produção, explode, mais violenta ainda, a guerra entre os sindicatos industriais dos demais ramos, visando à partilha da mais-valia: as organizações produtoras de produtos manufaturados insurgem-se contra os sindicatos detentores da produção de matérias-primas, e inversamente” (BUKHARIN, 1984, p. 112).

de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. [...] Com a acumulação do capital, cresce portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração, que repousa diretamente na acumulação, ou melhor, que é idêntica a ela. Primeiro: a crescente concentração dos meios de produção social nas mãos de capitalistas individuais é, permanecendo constantes as demais circunstâncias, limitada pelo grau de crescimento da riqueza social. Segundo: a parte do capital social, localizada em cada esfera específica da produção, está repartida entre muitos capitalistas, que se confrontam como produtores de mercadorias independentes e reciprocamente concorrentes. [...] Assim, se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitais individuais. [...] Esta já não é concentração simples, idêntica à acumulação, de meios de produção e de comando sobre o trabalho. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração. (MARX, 1996, p. 256-7)

Cumpra observar a existência de dois tipos de centralização²⁰; a horizontal e a vertical, na primeira absorve-se o que é similar no segmento em que se está inserido, na segunda, é um complemento de uma unidade produtiva, sobre o qual, além de a indústria produzir uma determinada mercadoria, produzir também a matéria-prima necessária para essa mercadoria final. Para além das fronteiras nacionais, um exemplo de centralização vertical é quando “um truste nacional se anexa uma unidade que, economicamente, o completa – como, por exemplo, um país agrário -, obtemos uma unidade econômica combinada” (BUKHARIN, 1984, p. 113); ademais de as empresas se inserirem no mercado financeiro, para também promoverem a reprodução de seu capital.

Dessa maneira, tanto a concentração bancária, quanto a comercial e a industrial, consoante com Lênin (2011), conduzem “à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa” (LÊNIN, 2011, p. 131).

²⁰ Ao analisar-se a centralização, percebe-se que é ela que conduz o sistema ao monopólio. Considerando os acordos feitos entre as grandes empresas em contraposição à livre concorrência, levando à trustificação (fusão de empresas, seja do mesmo ramo ou de processos complementares), cartelização (acordos sobre condições de venda, prazos de pagamento, quantidade de produtos, estabelecimento de preços), combinação (união de distintos ramos da indústria) e também ao monopólio. Esses tipos de acordos trazem para a taxa de lucro maior estabilidade, devido à combinação de preços e o número reduzido de estabelecimentos.

2.2 O CAPITAL FINANCEIRO

Para se entender o capital financeiro, é preciso levar em consideração a relevância do alto grau de concentração da produção e do capital, que levam à criação dos monopólios. Dessa maneira, segundo Hilferding,

Uma parte cada vez maior do capital industrial - escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Estes podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário - isto é, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam. (HILFERDING, 1985 apud LÊNIN, 2011, p. 160)

Portanto, entende-se que o capital industrial, em sua maioria, já não pertence mais ao capitalista industrial, ele se encontra, majoritariamente, sob domínio dos bancos, estes, por sua vez, possuem cada vez mais capital ocioso que colocam à disposição das indústrias (outros capitalistas), ocorrendo um aumento da produção e também do capital que conduzem à formação de uma oligarquia financeira - domínio do capital financeiro em mãos de poucas pessoas -, a concentração e ao monopólio, “daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral” (LÊNIN, 2011, p. 210).

O capital financeiro permite assim, que fique

[...] concentrado em muito poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. (LÊNIN, 2011, p. 169)

Além disso, a era do capital financeiro exacerba a divisão existente entre a propriedade do capital com sua real aplicação na produção, pois ele “implica o predomínio do *rentista* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes” (LÊNIN, 2011, p. 177).

Alguns estudiosos consideram a era do capital financeiro como etapa histórica presente no imperialismo, assim, partindo da mesma ideia de Lênin - na qual o capital financeiro é dominante na fase imperialista -, Bukharin define o imperialismo como sendo

[...] a política do capital financeiro. [...] Ela substitui as antigas relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de produção próprias do capital

financeiro. Assim como o capitalismo constitui uma época historicamente limitada, característica dos últimos decênios, também o imperialismo, política do capitalismo financeiro, representa uma categoria especificamente histórica. (BUKHARIN, 1984, p. 107)

Nessa linha de análise, Lênin (2011) elenca alguns elementos que se constituíram historicamente até a fase imperialista do capitalismo que é fundamentada por estas, que foram a concentração do capital e da produção; os monopólios e o capital financeiro – fusão do capital bancário com o industrial – sob a liderança da oligarquia financeira; a exportação de capitais; a partilha de novos mercados e de territórios, por parte dos monopólios internacionais e das potências capitalistas, respectivamente.

O capital financeiro conquistou o mercado mundial e está presente em quase todas as relações de produção. Para que o capital financeiro possa se reproduzir faz-se necessário também, dentro do desenvolvimento histórico do capitalismo – para mais tarde passar à fase imperialista – um alto grau de relações internacionais, organismos, agentes econômicos e uma economia mundial bem desenvolvidos, junto a aspectos como a organização do poder estatal e privado, relações entre as classes sociais, técnica militar, dentre outros.

Dessa maneira, Bukharin demonstra que a época do capital financeiro que caracteriza o imperialismo é definida historicamente, pois todos os processos citados acima levam determinado tempo para se formarem e conformam parte também de uma “sequência histórica da época do capital industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista” (BUKHARIN, 1984, p. 107).

O imperialismo²¹ só pôde surgir porque o capitalismo chegou a um grau tão elevado de desenvolvimento, isto é, o sistema transformou-se em sua “antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (LÊNIN, 2011, p. 216), tendo como um de seus traços principais a passagem da livre concorrência para seu contrário, o monopólio.

Segundo Bukharin, a época do capital financeiro foi conduzida por, pelo menos três políticas capitalistas, que foram “o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias, dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital” (BUKHARIN, 1984, p. 95), que contrastam o desenvolvimento das forças produtivas com os

²¹ A fase imperialista, segundo Lênin (2011), se fundamenta na concentração do capital e da produção, nos monopólios e no capital financeiro – fusão do capital bancário com o industrial – sob a liderança da oligarquia financeira, na exportação de capitais, na partilha de novos mercados e de territórios, por parte dos monopólios internacionais e das potências capitalistas, respectivamente.

limites nacionais da organização da produção, bem como o escoamento desta. Daí também, surge a exportação de capitais, sob a ótica da necessidade de escoamento de produção, busca por novos mercados, diminuição nos custos, reprodução da mais-valia e etc., como por exemplo, uma empresa estrangeira que se instala no Brasil – exporta capitais a partir de seu país de origem; analogamente, também a uma empresa brasileira que abre uma filial em outro país.

A acumulação de capital encontra “obstáculos” à sua expansão no próprio seio do Estado, primeiramente devido à impossibilidade de o mercado interno escoar tudo o que foi produzido e absorver o excedente de capital – encontrando respostas para isso no mercado externo –; em segundo lugar, pode-se observar a existência de interesses econômicos e políticos distintos, entre e intra classes, pois tanto os próprios capitalistas divergem em seus ideais de expansão – à guisa de exemplo, pode-se citar uma determinada política que induza a população ao consumo²², e portanto, algumas determinadas empresas a alcançarem maiores lucros, enquanto outras não são beneficiadas –, quanto entre capitalistas e trabalhadores – a conhecida luta de classes –, e ainda, sem esquecer as distintas visões entre os próprios trabalhadores – que se espelha na organização ou não dessa classe.

Entretanto, na maioria dos países capitalistas, existe uma tendência à nacionalização dos interesses capitalistas – ainda que exista discordância entre eles –, dado que “a divisão internacional do trabalho faz dos modos nacionais de produção privada parte integrante do vasto processo universal de trabalho, que abarca a quase totalidade da humanidade” (BUKHARIN, 1984, p. 97).

De acordo com Hilferding, a política contemporânea volta-se à política do capital financeiro, onde faz-se necessário um território econômico vasto, sua defesa contra a concorrência estrangeira por meio de barreiras alfandegárias e sua transformação em campo de exploração para os monopólios do país. Os grandes grupos capitalistas nacionais recorrem ao Estado para defender seus interesses. Dessa forma, Hilferding aponta criticamente para esse processo de ocultamento da luta de classes sob o véu de um objetivo “nacional”, sobre o qual “as contradições de classe desapareceram, suprimidas, tragadas pelo fato de que tudo é posto a serviço dos interesses do todo. A luta de classe, perigosa, prenhe de consequências desconhecidas para os possuidores, cede lugar às ações gerais da nação, cimentadas por idêntico objetivo: a grandeza nacional” (HILFERDING, 1985, apud LÊNIN, 2011, p. 99).

²² Nesse sentido, a população trabalhadora acredita que pode “comprar mais” e “por menor preço”, enquanto as grandes empresas lucram cada vez mais. Nessa linha de análise permite-se pensar em uma harmonia (ilusória) entre as classes que mascara toda a luta entre elas.

3. OS BANCOS PÚBLICOS

A era do capital financeiro não pode ser dissociada da acumulação de capital, sobre a qual deve, necessariamente, estar vinculada a projetos de investimento “e, portanto, na criação de nova capacidade produtiva, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos” (GERSCHENKRON, 1962 apud HERMANN, 2010, p. 09). Em virtude disso, nota-se “a importância do desenvolvimento financeiro para o ‘desenvolvimento econômico’. Quanto mais amplo, dinâmico e diversificado for o sistema financeiro nacional, melhores serão as condições de viabilização financeira de cada etapa do processo de ‘desenvolvimento’” (GURLEY; SHAW, 1955 apud HERMANN, 2010, p. 09).

Necessário se faz realçar que não há um padrão de reprodução do capital unívoco e uniforme para todos os países, porém,

Historicamente, tanto sistemas financeiros baseados em mercados de capitais, quanto no crédito bancário, como canais de financiamento a longo prazo foram exitosos nesse sentido. Por outro lado, o autor²³ mostra também que foram poucos os países que lograram combinar, quase que simultaneamente, desenvolvimento financeiro e “desenvolvimento econômico” – basicamente, Reino Unido, Estados Unidos (EUA) e Alemanha, os dois primeiros com sistemas de mercados de capitais e o último com um sistema com base no crédito bancário. Os demais países industrializados e todos os países em “desenvolvimento” apoiaram seus processos de industrialização em uma combinação de crédito bancário governamental – a cargo de grandes bancos públicos e/ou de agências de fomento em parceria com grandes bancos privados – com financiamento externo. (HERMANN, 2010, p. 09)

Observa-se deste ângulo que os bancos públicos federais possuem um papel de suma importância para as estratégias em galgar posições entre os países na economia mundial – processo este que esconde a luta de classes, como Hilferding apontava –, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de financiamentos públicos e privados. Posta assim a questão, é de se difundir que a presença deste tipo de banco concretiza várias políticas de “desenvolvimento econômico”, pois, geralmente, essas políticas envolvem riscos e custos elevados, gerando muitas incertezas quanto aos retornos – fator que é rejeitado, em grande parte, por outras pessoas físicas e instituições financeiras privadas –, nesse sentido, essa esfera fica sendo quase que de total responsabilidade dos bancos públicos. Para isso, faz-se “necessário que o Tesouro Nacional, na qualidade de controlador do banco público, disponha de mecanismos de compartilhamento de riscos, ou mesmo de perdas, com o banco público, tais como: seguros ou fundos constituídos para esse fim” (HERMANN, 2010, p. 11). Além de,

²³ Essa autora baseia-se em Zysman (1983).

idealmente, (HERMANN, 2010) não definirem suas taxas de juros com base em metas de lucro, mas sim de equilíbrio financeiro entre os fluxos de receita e despesa, visando o “desenvolvimento do país” com base nas políticas previstas pelo governo atuante naquele momento.

Nesse sentido, este trabalho também visa constatar que o grau de acumulação capitalista alcançado por países como o Brasil ocorreu de modo *sui generis*, isto é, de maneira própria, com o que estava dado naquele momento e devido às suas restrições em relação ao próprio grau atingido de acumulação e reprodução de capital em escala mundial.

Portanto, o capital financeiro considerado como um fenômeno histórico e que possui várias expressões e manifestações desse fenômeno de os bancos concentrarem grande parte dos capitais – fenômeno histórico descrito nos capítulos anteriores – e com esse capital ocioso direcionado para a atividade produtiva e para a acumulação de capital, tem-se, no caso brasileiro, um dos expoentes desse modelo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dessa maneira, para a análise proposta neste trabalho escolheu-se o BNDES como uma das expressões contemporâneas do capital financeiro brasileiro, e que também se manifesta no plano geopolítico, na transformação do impacto das empresas brasileiras para o restante do mundo, e do poder que esse processo propicia ao país, considerando que este “é um dos maiores bancos de ‘desenvolvimento’ do mundo e, hoje, o principal instrumento do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em todos os segmentos da economia brasileira”²⁴.

Tem-se como marco temporal o período de 2003 a 2010 que marcou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da república com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

3.1 O BNDES E AS EXPORTAÇÕES

O BNDES²⁵ tem como principal forma de apoio o financiamento, mas também trabalha com outros instrumentos²⁶, como os programas de financiamento e os fundos. Dessa

²⁴ Definição própria do BNDES, disponível na área institucional do site. Suas ações estão sob propriedade integral da União Federal.

²⁵ Importante se faz realçar que o BNDES é um banco de desenvolvimento e, portanto, não emite moeda e assim, fica dependente dos repasses do Estado.

²⁶ Outras formas de apoio estão disponíveis em:

maneira, no Banco existem duas formas de apoio a financiamentos, a direta e a indireta, contando ainda com a junção das duas, a forma mista, sobre a qual o BNDES compartilha o risco com a instituição financeira. A forma indireta é realizada por alguma instituição financeira credenciada²⁷ ao Banco, podendo ser a forma automática sem a necessidade de avaliação prévia do BNDES, com financiamento de até R\$ 20 milhões; e a não automática²⁸ que é feita por meio de consulta prévia ao BNDES, sendo o mínimo para financiamento de R\$ 20 milhões. Na forma direta, a operação é feita diretamente com o BNDES por meio de consulta prévia, com valor acima de R\$ 20 milhões.

É importante assinalar que o BNDES possui duas subsidiárias integrais: BNDES Participações S.A (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame). O primeiro é voltado à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, apoiando empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão, contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais e também na administração carteira de valores mobiliários; o segundo tem o objetivo de financiar operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional e também de exportação e importação desses²⁹. Juntas, as empresas formam o Sistema BNDES.

As taxas de juros³⁰ variam, sendo para operações diretas contando o custo financeiro, a remuneração do BNDES e a taxa de risco de crédito; para as indiretas contém o custo financeiro, a remuneração do BNDES, a taxa de intermediação financeira e a remuneração da instituição financeira credenciada.

Importante se faz realçar a relação do capital produtor de juros com o BNDES e as grandes companhias (exportadoras), dado que o ganho do BNDES - o considerando também com interesses pecuniários - provém das taxas de juros cobradas e, portanto, ele também se

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/>.

²⁷ Para saber quais são as instituições financeiras credenciadas, acesse:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Instituicao_Financeira_Credenciada/instituicoes.html>. Serão estas as responsáveis pelas negociações com o cliente sobre o financiamento (prazos e garantias) assumindo os riscos. Entretanto, há exceções à regra, como por exemplo, no caso de aquisição de máquinas e equipamentos, acesse:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/formas_apoio.htm>.

²⁸ Neste caso, é o próprio BNDES o responsável por avaliar e aprovar o financiamento ou não, por meio do produto BNDES Automático

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Automatico/index.html>, podendo também ser atendido por outros programas:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/index.html>.

²⁹ Informações disponíveis no site em “Empresas do Sistema BNDES”.

³⁰ Para ver a discriminação das variáveis sobre os custos do financiamento, acesse:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Custos_Financeiros/Composicao>.

apropriada de parte da mais-valia a partir da cessão do capital para financiamento, que é capital produtor de juros e neste estudo, o é, em última instância, capital financeiro.

Para se chegar ao objeto deste trabalho, analisar-se-á apenas os dados da forma direta de financiamento, ou seja, aquelas tratadas diretamente com o BNDES sem passar por uma determinada instituição financeira credenciada, estabelecendo como recorte de pesquisa o apoio à exportação, que se subdivide entre apoio aos serviços de engenharia por meio de obras e pela exportação dos demais bens e serviços.

Contudo, não se está desprezando a importância dos demais procedimentos realizados pelo Banco, este só se faz devido ao foco deste trabalho, que é analisar os financiamentos do BNDES voltados à exportação de capitais, de bens e de serviços³¹ e toda a relação existente com o capital financeiro.

O apoio à exportação de bens e serviços nacionais é um dos produtos do Banco, chamado BNDES Exim, consiste em duas fases: pré e pós-embarque³². Na fase pré-embarque apoia-se a produção de bens e serviços destinados à exportação; essa contando ainda com mais dois programas³³. Na fase pós-embarque, que é a que conduzirá a análise deste trabalho, é apoiada a comercialização de bens e serviços nacionais no exterior, por meio de duas modalidades: *supplier's credit*³⁴ (refinanciamento ao exportador), cujo encargo é dado pela taxa de desconto e o *buyer's credit*³⁵ (financiamento direto ao importador), tendo a taxa de juros como encargo.

³¹ O Banco não faz menção à exportação de capitais como uma de suas operações, no entanto, entende-se que a exportação de serviços ao exterior pode ser lida como exportação de capital também, tendo em vista que tais “serviços” em geral são direcionadas para a construção de grandes obras de infraestrutura.

³² Existe ainda o BNDES Exim Automático que apoia a comercialização no exterior de bens de fabricação nacional mediante a abertura de linha de crédito a instituições financeiras no exterior.

³³ BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora financiamento à exportação de bens e serviços de Tecnologia da Informação desenvolvidos no Brasil; BNDES Exim Pré-embarque Empresa Âncora: apoio à exportação indireta de bens e serviços que podem ser apoiados pelo BNDES, efetuada por intermédio de Empresa Âncora. Maiores detalhes em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/index.html>.

³⁴ “O exportador concede ao importador financiamento por meio de carta de crédito, letras de câmbio ou notas promissórias. Esses títulos deverão ser cedidos ou endossados pelo exportador ao BNDES, [este] [...] realiza o refinanciamento mediante o desconto dos instrumentos de pagamento, e desembolsa os recursos ao exportador, à vista, em reais, no Brasil, [onde] o importador pagará ao BNDES no prazo definido. O banco mandatário [realizará] as transferências de recursos e documentos relativos à operação” (Produto BNDES Exim Pós-embarque, site da instituição;

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html>).

³⁵ “O BNDES concede ao importador financiamento mediante a celebração de contrato de financiamento, firmado entre o BNDES e o importador, ou entre o BNDES e o devedor, com a interveniência do exportador, [dessa maneira, o BNDES desembolsa os recursos ao exportador, em reais, no Brasil, [e] o importador ou o devedor pagará ao BNDES no prazo definido, [assim] o banco mandatário realiza as transferências de recursos e documentos relativos à operação” (Ibid).

Depois dessas breves noções preliminares, é necessário assinalar que o produto BNDES Exim Pós-embarque age, por assim dizer, por meio de três participações para se realizar, sendo estas: exportador, importador e devedor, onde o primeiro deve ser uma empresa exportadora “de bens de fabricação nacional e/ou serviços brasileiros, constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País, incluindo *trading companies* e empresas comerciais exportadoras”³⁶; o importador deve ser uma “pessoa jurídica de direito privado constituída no exterior ou pessoa jurídica de direito público externo que adquire os bens de fabricação nacional e/ou serviços brasileiros”³⁷; e o devedor pode ser “o próprio importador ou outra pessoa jurídica de direito privado constituída no exterior ou de direito público externo que assuma a obrigação de pagamento resultante da exportação dos bens de fabricação nacional e/ou serviços brasileiros”³⁸. Convém ponderar ainda que este produto se divide em algumas linhas de financiamentos, especificamente para bens, serviços ou aeronaves³⁹, com prazos de até 15 anos para pagamento.

3.1.1 Análise de Dados do Produto BNDES Exim Pós-embarque

Dentro do escopo do produto BNDES Exim Pós-Embarque, ao se analisar os dados sobre os financiamentos de exportação do Banco, percebe-se que estão disponíveis em detalhes ao público apenas aqueles que se referem às obras ao exterior, ou seja, aos serviços de engenharia, cujos dados contém informações individuais de cada projeto feito em cada país, que são: o exportador e seu respectivo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a descrição do projeto, a unidade federativa (UF) da empresa, o país recebedor do serviço, o número da operação, as datas e os valores de contratação, os prazos para pagamento, as garantias dos financiamentos e também as taxas de juros de cada operação, sendo todas estas contratadas junto a entes públicos.

Estão disponíveis também dados sobre o apoio à financiamento das demais operações, que de modo contrário aos de obras, ainda que pelo mesmo produto de financiamento, não são divulgados dados detalhados sobre a comercialização internacional dos

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

³⁸ Ibid.

³⁹ Para saber quais produtos são financiáveis, veja a Relação de Produtos Financiáveis Aplicável às Linhas de Financiamento à Exportação do BNDES Exim:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/circulares/2016/16Circ006_AEX.pdf>.

produtos brasileiros, que de acordo com o próprio Banco, o fazem em prol do “bem da proteção da competitividade das empresas exportadoras brasileiras no mercado internacional, no qual seus concorrentes não divulgam as condições de venda financiada”⁴⁰, restringindo as informações individuais a: país de contratação, exportador, razão social do mutuário, nome do projeto, data, categoria e modalidade do financiamento, impossibilitando assim uma análise de viés mais quantitativo.

Cumprido examinar neste passo os dados sobre o apoio à exportação de obras no exterior. Para isso, a fim de analisar as 254 operações de financiamento à exportação ocorridas entre 2003 e 2010 divididas entre os cinco países – Argentina, Cuba, República Dominicana, Venezuela e Angola –, foi realizada uma divisão por país de destino do financiamento e dentro de cada país foi subdividido por projeto financiado e pela empresa exportadora, diferenciando também os anos específicos de ocorrência dos financiamentos ao país de destino e os prazos para pagamento, bem como as taxas de juros que foram discriminadas em uma análise mais geral.

Portanto, conforme o BNDES⁴¹, tem-se que 187 operações de financiamento foram realizadas com a Argentina, entre os anos de 2005 a 2010; dessas, 184 operações foram prestadas à Construtora Norberto Odebrecht SA (RJ), e as outras 3 operações com a Confab Industrial S/A (SP). As últimas destinaram-se à ampliação da capacidade de transporte do gasoduto General San Martin, totalizando US\$ 25.591.950 com prazo de 120 meses. Das outras operações, 77 delas foram para a Odebrecht para este mesmo projeto, somando US\$ 517.288.511, com mesmo prazo de pagamento; contando ainda com financiamento ao novo projeto de ampliação com US\$ 30.645.000. Outras 72 operações foram para a expansão da capacidade de transporte de gás natural das malhas dos gasodutos, entre os anos de 2007 a 2010, de igual prazo, somando US\$ 553.435.162. Das 34 operações restantes foram realizadas no decorrer do ano de 2010 para a construção da planta de tratamento e do sistema de distribuição de água de Paraná de Las Palmas, com prazo de 144 meses, sob o montante de US\$ 89.912.385.

Para a República de Cuba foram destinados financiamentos à primeira e segunda etapa das obras de ampliação e modernização do Porto Mariel, nos anos de 2009 e 2010, com

⁴⁰ Dados sobre financiamentos concedidos:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/acesso_a_informacao/Perguntas_frequentes/dados_financiamentos>.

⁴¹ Todos os dados sobre os financiamentos das operações de exportação pós-embarque podem ser encontrados no site, no seguinte link:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/planilhas_exportacao_pos_embarque.html>.

US\$ 43.435.000 e US\$ 108.715.000, respectivamente, e 300 meses de prazo, pela Companhia de Obras e Infraestrutura (SP). Contando também com a exportação para o projeto de construção de uma planta para a produção de soluções parenterais de grande volume (SPGV) e soluções para hemodiálise (SCH), pela Tpro Engenharia S.A/ Pharmaster do Brasil Consultoria LTDA (SP) de US\$ 14.875.841 com 120 meses de prazo.

Sobre a República Dominicana tem-se 13 operações ao longo do período analisado, dessas, com 9 realizadas pela Construtora Norberto Odebrecht SA (RJ), com 3 operações para o projeto de continuação da construção da central hidrelétrica de Pinalito, com US\$ 101.460.800, 144 meses de prazo, em 2003, em 2007 com US\$ 20.000.000 e 120 meses de prazo, e ainda US\$ 68.096.279, em 2008, com 144 meses; à construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Palomino - fase I, em 2006, com 81.324.696, em 144 meses; e para a fase II em 2009, sendo de US\$ 50.663.060 com prazo de 120 meses; à construção de aquedutos, US\$ 71.258.178, em 2007, com 144 meses; e outro em 2009, com 120 meses e US\$ 50.286.572; e para a construção de viadutos e passagens em Santo Domingo, no ano de 2009, com 144 meses de prazo de pagamento e US\$ 48.743.918 e também no ano seguinte com US\$ 52.785.122.

Tendo 3 operações pela Construtora Andrade Gutierrez S/A na continuação do projeto de construção do Aqueduto Noroeste fase II (iniciado em 2002) em 2005 com US\$ 64.925.939; à construção da UHE Las Placetas, em 2007, com 144 meses, US\$ 10.165.587, e no ano seguinte com US\$ 60.993.522. Somando ainda uma participação da exportadora Pro Sinalização Viária LTDA com a execução de sinalização vertical e horizontal nas principais avenidas e estradas, em 2003, com 60 meses de prazo e com US\$ 11.613.591 financiados.

Com 4 operações para a Venezuela, sendo 3 dessas realizadas pela Construtora Norberto Odebrecht AS (RJ) à exportação de bens e serviços, um para a construção do trecho El Valle-La Rinconada do metrô de Caracas, com 102 meses, US\$ 78.000.000 em 2004; construção da linha II do metrô de Los Teques em 2009, com 108 meses, no montante de US\$ 527.847.704; e ainda a construção da linha V do metrô de Caracas, também em 2009, com financiamento de US\$ 219.342.333, cujo prazo é de 144 meses. Por fim, tem-se também um projeto pela Construtora Andrade Gutierrez S/A (MG) para a construção da usina siderúrgica nacional, em 2010, com US\$ 865.423.450 e prazo de 144 meses.

A Angola foi o destino das exportações com maior variedade nos projetos de financiamento, sendo 47 operações ao total, todas com os mesmos 120 meses de prazo. Destas, foram 21 operações diretas com a Construtora Norberto Odebrecht AS (SP), que se dividiram em exportação de bens e serviços para a construção/reabilitação, como por exemplo: do centro

integrado de formação tecnológica; projeto de reabilitação e requalificação da estrada da samba; obras de aproveitamento hidrelétrico da usina de Capanda; construção da via expressa Luanda/Kifangondo e da Luanda-Viana; da Estrada do Golfe e da Viana/Kikuxi; da Auto-Estrada Periférica; do reforço da capacidade de abastecimento de água ao polo industrial e às cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta; do programa de desenvolvimento integrado das infraestruturas da província do Kwanza Sul e de Benguela; sistema de transporte de energia elétrica Lucala-Pambos de Sonhe-Uige; para construção do aeroporto internacional de Catumbela; e também para as obras de saneamento básico; sendo todos esses desembolsos realizados entre 2007 e 2009, somando um total de US\$ 1.109.679.875 em financiamentos.

A Construtora Queiroz Galvão S/A contando com 9 operações, incluindo continuações dos projetos atendidos pela Odebrecht – como a construção da via expressa Luanda/Kifangondo e da autoestrada periférica –; e também a reabilitação da estrada Viana/Calumbo; a construção da autoestrada Luanda e da avenida N'gola/Kiluanje, num total de US\$ 188.378.689 em 2007 e 2008. A Construtora Andrade Gutierrez S/A atuou 8 vezes em financiamentos, na construção da Quarta Avenida e reabilitação da Rua do Sanatório, incluindo continuações da construção da Via Expressa Luanda/Viana e reabilitação da Estrada Do Golfe (sobre a qual a Odebrecht também atuou) e continuação da construção e reabilitação da avenida N'gola Kiluanje (onde a Queiroz Galvão também atuou); totalizando US\$ 184.131.778, entre 2007 e 2008.

A exportadora Construções e Comércio Camargo Correa S/A foram realizadas 6 participações em obras do programa de construção de infraestruturas rodoviárias da região de Boavista, Cazenga, na Quinta e Sexta avenida, e também em obras do sistema de transporte de energia elétrica Uige-Maquela do Zombo, nos anos de 2007 e 2009, com US\$ 149.440.908.

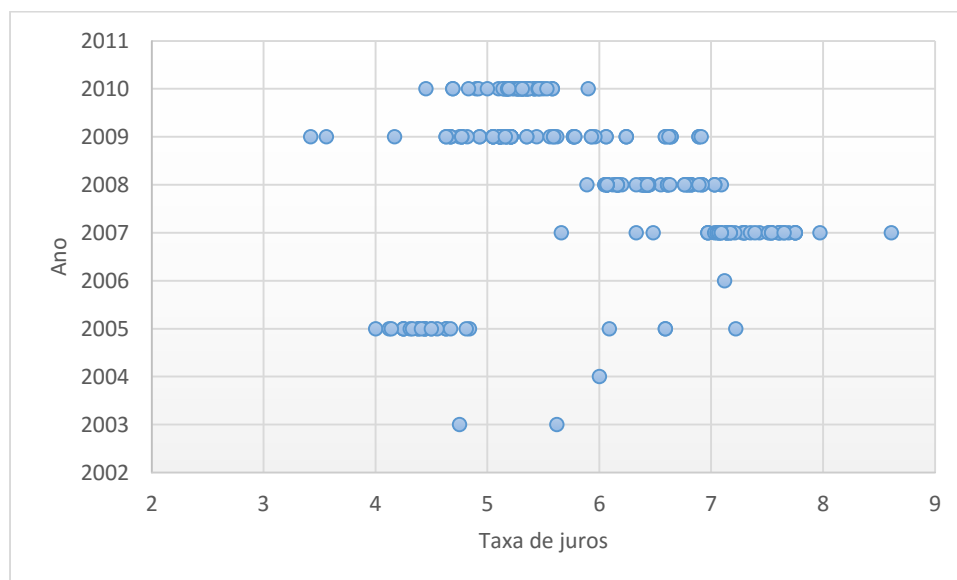
Em 2007 com uma participação da empresa Prado Valladares Agência de Cooperação e Desenvolvimento sobre a construção de três novos centros integrados de formação tecnológica, com US\$ 5.055.043; e também com a Emsa Empresa Sul Americana De Montagens S. A na implementação do programa de construção de infraestruturas rodoviárias de Boavista (sobre a qual também atuou a Camargo Correa) com US\$ 19.107.566. Restando ainda, da mesma forma, com apenas uma participação a Mello Junior - Empreendimentos e Participações LTDA com a construção da Escola Nacional de Administração, com US\$ 15.006.750 no ano de 2009.

É importante assinalar que todas as operações citadas acima possuem os custos financeiros dados pela taxa fixa em dólares (US\$), sobre o ramo de atividade de comércio e

serviços/construção, na área operacional de comércio exterior, sob a modalidade buyer (isto é, financiamento direto ao importador, tendo a taxa de juros como encargo), reembolsáveis e diretos, de acordo com as planilhas do BNDES⁴². Todos com garantia a partir do seguro de crédito/ Fundo de Garantia à Exportação (FGE), com exceção para o Convênio de Créditos Recíprocos/Associação Latino-Americana de Integração (CCR/ALADI) sendo essas, duas operações com a República Dominicana pela Construtora Norberto Odebrecht AS para a continuação da construção da central hidrelétrica de Pinalito.

Percebe-se, analisando os dados do painel⁴³ disponibilizado pelo Banco, que as taxas de juros para todas as operações de financiamento citadas seguiram basicamente sem grandes oscilações, iniciando em 2003 entre 4 e 5%, no ano seguinte com 6%, tendo no ano de 2005 uma oscilação entre 4, 6 e 7% , já em 2007 as taxas estiveram, majoritariamente, na casa dos 7%, no ano seguinte as taxas diminuíram 1%, e em 2009 diminuíram ainda mais, variando de 6 até 3%, tendo, em sua maioria, 5% de juros em seus contratos (infere-se esta queda propiciada pela ação anticíclica do BNDES perante às crises, como a ocorrida em 2008), por fim, em 2010, as taxas continuaram em torno dos 5%, como demonstrado no Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. Taxas de juros dos financiamentos em relação ao anos dos desembolsos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES.

⁴² Todos os dados sobre os financiamentos das operações de exportação pós-embarque podem ser encontrados no site, no seguinte link:

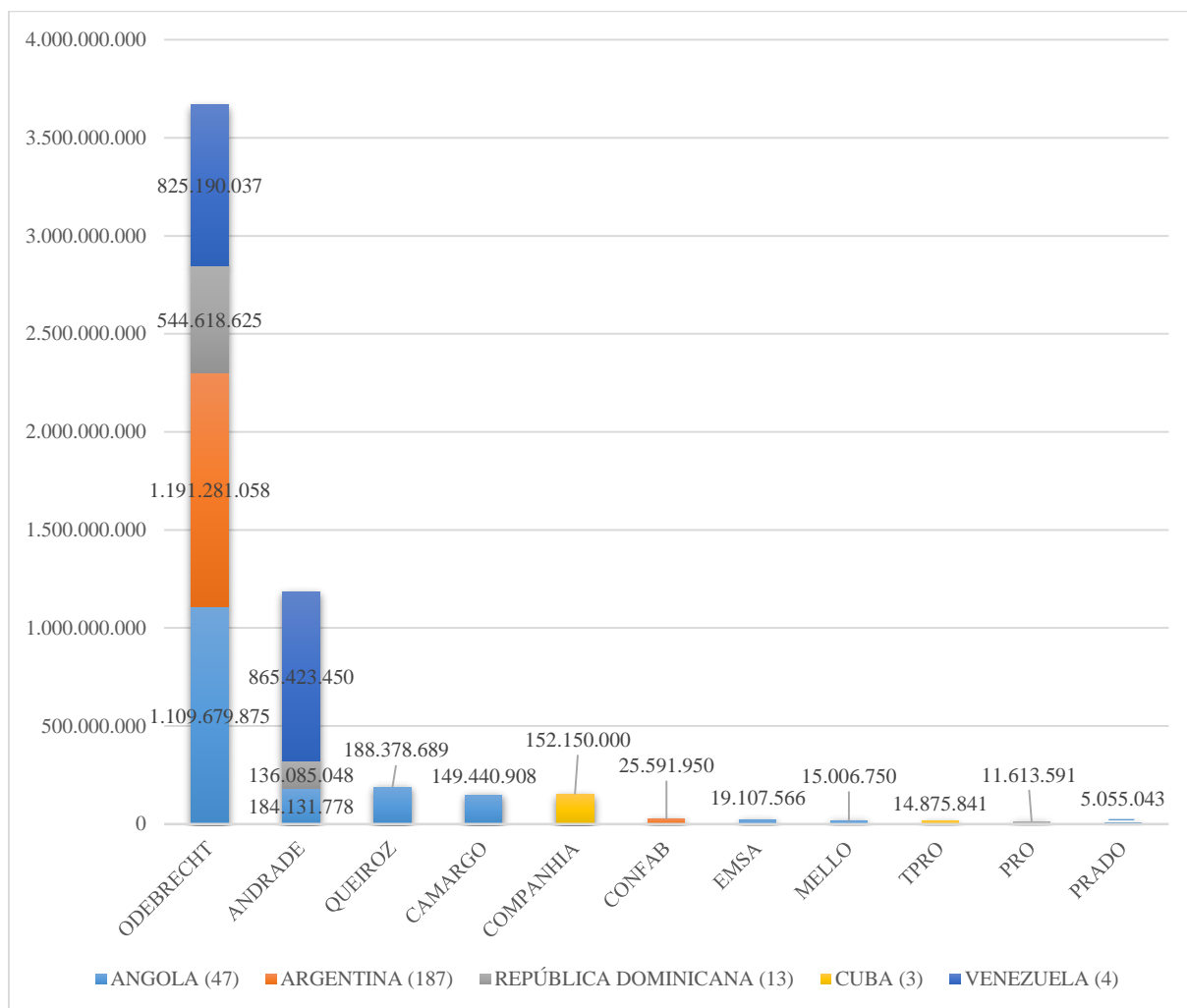
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/planilhas_exportacao_pos_embarque.html>.

⁴³ Os dados brutos podem ser obtidos através de:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/planilhas_exportacao_pos_embarque.html#informacoes_resumidas>.

Ilustrando a assertiva, tem-se abaixo o gráfico 2 que demonstra os desembolsos⁴⁴ em milhões de dólares (US\$) do BNDES para cada empresa com relação aos países de destino para a realização dos projetos citados.

Gráfico 2. Desembolsos em US\$ do BNDES às empresas com relação aos países de destinação.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES.

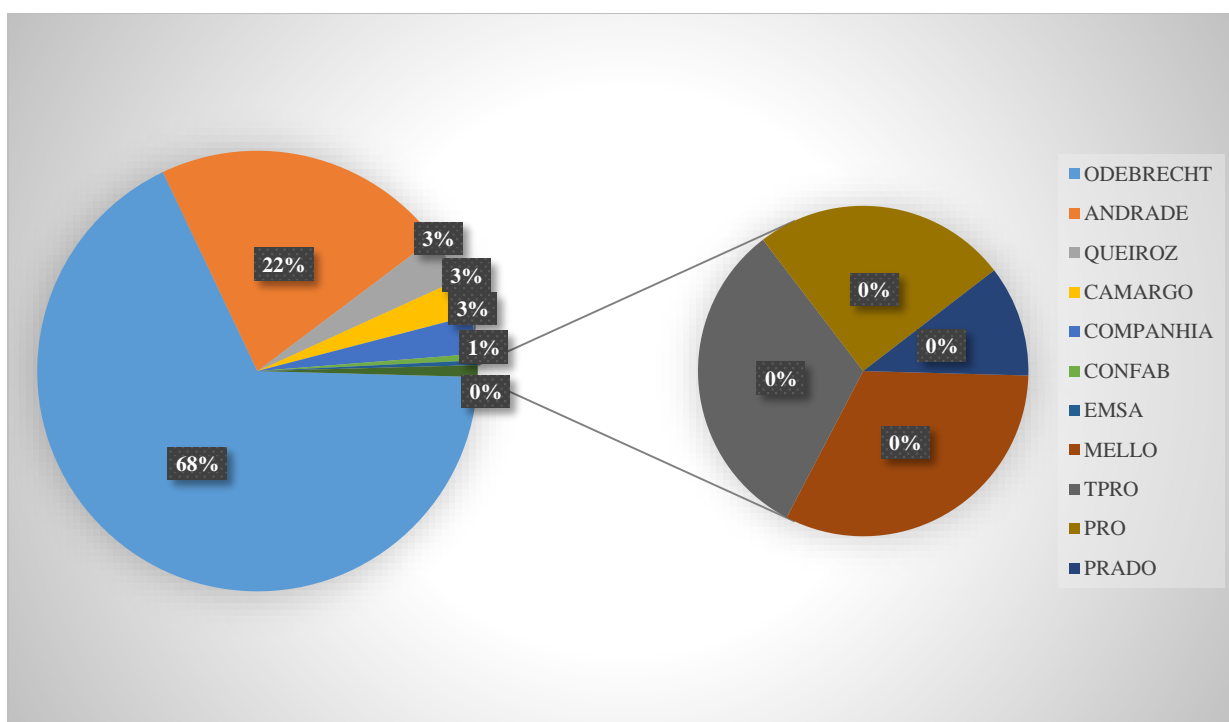
Portanto, verifica-se no gráfico acima os desembolsos do Banco para cada país com relação à empresa exportadora, sobre o qual o país que teve maior relação com o BNDES em número de financiamentos foi a Argentina, com 187 operações (22%), totalizando US\$

⁴⁴ Todas as operações para obras de engenharia obedecem a todos os trâmites usuais do BNDES, ou seja, consulta prévia, a análise passa por órgãos colegiados, de dentro e fora do BNDES, e pela equipe técnica do Banco. Os desembolsos são efetuados no Brasil, em reais, após a efetiva comprovação da realização das exportações e recebe o pagamento do financiamento em dólares.

1.216.873.008, contudo, ainda que a quantidade de operações com esse país seja maior, ele está em terceiro lugar no ranking dos valores de bens e serviços exportados, passando à sua frente a Venezuela e a Angola, uma com 4 e a outra com 47 operações, respectivamente, sendo US\$ 1.690.613.487 para o primeiro e US\$ 1.670.800.609 ao segundo, ambas com 31% de participação nos destinos totais das exportações. Seguidos pela República Dominicana com US\$ 692.317.264 no somatório de 13 operações, sendo 13% do total, e por fim, Cuba com US\$ 167.025.841 em 3 operações de financiamento realizadas e 3% de participação na destinação dos financiamentos do BNDES.

Interessante notar que a Construtora Norberto Odebrecht AS atuou nos quatro países de destino dos apoios – exceto Cuba –, tendo 68% de participação sobre o total de financiamentos concedidos, sendo US\$ 3.670.769.595 dos US\$ 5.437.630.209 totais, como pode ser visualizado no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3. Porcentagem de participação das empresas sobre os financiamentos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES.

Como se observa, a Odebrecht é a líder no quesito valores de financiamento; seguido pela participação de 22% da Construtora Andrade Gutierrez S/A participando em três países na execução de projetos – República Dominicana, Venezuela e Angola – com US\$ 1.185.640.276; e depois por 3% nas operações com a Construtora Queiroz Galvão S/A e US\$

188.378.689, Construções e Comércio Camargo Correa S/A com US\$ 149.440.908 e também com a Companhia de Obras e Infraestrutura em US\$ 152.150.000, esta última atuante apenas em Cuba, e as duas primeiras apenas na Angola; seguidos de 1% de participação pela Confab Industrial S/A com atuação na Argentina sendo de US\$ 25.591.950; as outras cinco empresas restantes não obtiveram nem 1% de participação no total dos financiamentos à obras no exterior – com uma pequena participação em somente um país determinado.

Cumprido examinar neste passo as exportações sobre as demais operações, para tanto, tem-se alguns países como destino dos financiamentos, de acordo com o BNDES⁴⁵, sendo a Angola (com 3 operações em 2007), a Argentina (180 entre 2003 e 2010 – sendo duas de obras de infraestrutura), a Bolívia (com 3 operações entre 2003 e 2004), o Chile (com 20 entre 2003 e 2010), a Cuba (com 26 entre 2003 a 2010), o Equador (8 entre 2003 a 2009), a Espanha (com 2 em 2010), os Estados Unidos (com 106 entre 2003 e 2010), a Jamaica (com 3 em 2003), o México (com 25 de 2003 a 2009), o Paraguai (com 6 entre 2003 e 2009), o Peru (com 43 entre 2003 e 2010, sendo três de obras de infraestrutura), a República Dominicana (com 9 entre 2003 e 2007), o Uruguai (com 5 entre 2004 a 2008, sendo 2 de obras), e a Venezuela (com 7 entre 2005 e 2008). Todas as operações citadas somam 446 financiamentos à exportação sobre a comercialização dos produtos brasileiros no exterior realizadas entre os anos de 2003 a 2010.

Percebe-se nesse tipo de operação⁴⁶ que os destinos dos financiamentos e produtos são mais diversificados em relação ao de apenas obras, tanto no que diz respeito aos países de destinação, quanto às empresas exportadoras. Contudo, torna-se de difícil análise na medida em que não há dados públicos para conhecimento dos valores dos financiamentos, nem de prazos ou taxa de juros. Portanto, apenas pode-se tentar analisar, de certa maneira, qualitativamente tais exportações.

Sendo assim, participaram das exportações um total de 60 empresas⁴⁷ diferentes e 15 países de destinação das exportações – em contraste aos serviços de engenharia que foram 11 empresas participantes em 5 países distintos –, com destaque para as Indústrias Romi S. A (sob o ramo de máquinas, peças e ferramentas) com participação em 169 operações, dessas, 156

⁴⁵ Todos os dados sobre os financiamentos das operações de exportação pós-embarque podem ser encontrados no site, no seguinte link:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/planilhas_exportacao_pos_embarque.html>.

⁴⁶ O BNDES desembolsa sempre no Brasil, em reais, na conta do exportador, após comprovação da exportação realizada. O pagamento do financiamento é efetuado pelo importador.

⁴⁷ Os nomes das empresas citadas neste trabalho estão de acordo com a tabela de operações disponibilizada pelo BNDES, disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/planilhas_operacoes_diretas_e_indiretas_ao_automatizadas.html>.

para a Argentina, 12 para os EUA e 1 com o México; em segundo a Embraer S/A (setor aeroespacial) com 71 operações, sendo 62 com os EUA, 4 com a Venezuela, 2 com a Espanha, e 1 com a Argentina, o Equador e a República Dominicana; depois a Scania Latin America LTDA (montadora) com 20 operações, dessas, 17 foram com o Peru, 2 com o Chile e outra com a República Dominicana; A Carnevalli Cia LTDA (equipamentos) com 17 operações, sendo 10 com o México, 5 com o Peru, 1 com a Argentina e o Equador; a Polímáquinas Indústria e Comércio LTDA (máquinas) com 16 operações, sendo a metade para o Peru, 4 com Argentina, 3 para o Equador e outra com o México; a Volvo Do Brasil Veículos LTDA (montadora) com 15 operação, sendo 10 com o Chile, 2 com a República Dominicana, e 1 com Cuba, Jamaica e Peru; também com 14 operações para os EUA tem-se a Schulz S/A (ramo de compressores e automotivo).

Com menos de dez operações de financiamento, conforme o BNDES, tem-se a Karsten S/A (artigos têxteis) com 7 operações para os EUA; a Tramontina S/A Cutelaria (facas) com 6 operações para os EUA e 1 para o México; a Marcopolo Trading S. A (carrocerias de ônibus) com 5 operações para o Peru e outras 2 com a República Dominicana; a CNH Latin America LTDA (máquinas) com 4 operações para a Argentina e 2 para Cuba; também com 6 operações para a Mercedes-Benz Do Brasil LTDA (veículos) sendo 3 para o Chile, e 1 para a Argentina, Cuba e Peru. Tem-se ainda a Ouro Fino Saude Animal LTDA (segmento de sanidade animal) com 5 operações para o México; e também a Cotia Trading S/A (soluções de importação e exportação) sendo 3 com a República Dominicana, 1 para o México e Venezuela.

Sobre as demais operações de financiamento serão citadas apenas os nomes das empresas, quantidade de operação e país de destino, dessa maneira, ficaram com 4 operações a: Kepler Weber S/A (2 para a Argentina e 2 para o Peru); Maqplas Industria E Comercio de Maquinas LTDA (3 para o México e 1 para a Argentina); Alstom Hydro Energia Brasil LTDA (3 para o Chile e 1 para a Venezuela); Doux Frangosul SA e Agro Avícola Industrial para Cuba; Tramontina Farroupilha S/A para os EUA; e John Deere Brasil LTDA para o Paraguai. Com 3 operações ficaram a: Confab Industrial S/A (2 para a Argentina e 1 para o Peru); Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A (para Cuba); Suplextrade Comércio Exterior LTDA (também para Cuba); a Comil Silos e Secadores LTDA (2 para o Paraguai e 1 para o Uruguai). Com apenas 2 operações estiveram a Iveco Latin America LTDA (para a Argentina); a Metso Brasil Industria e Comércio LTDA (com o Uruguai e a Bolívia); a Agrale S. A (com Chile e Cuba); a F. M. Coempar Comercial LTDA e a Marcopolo S/A para Cuba; a Ciber Equipamentos

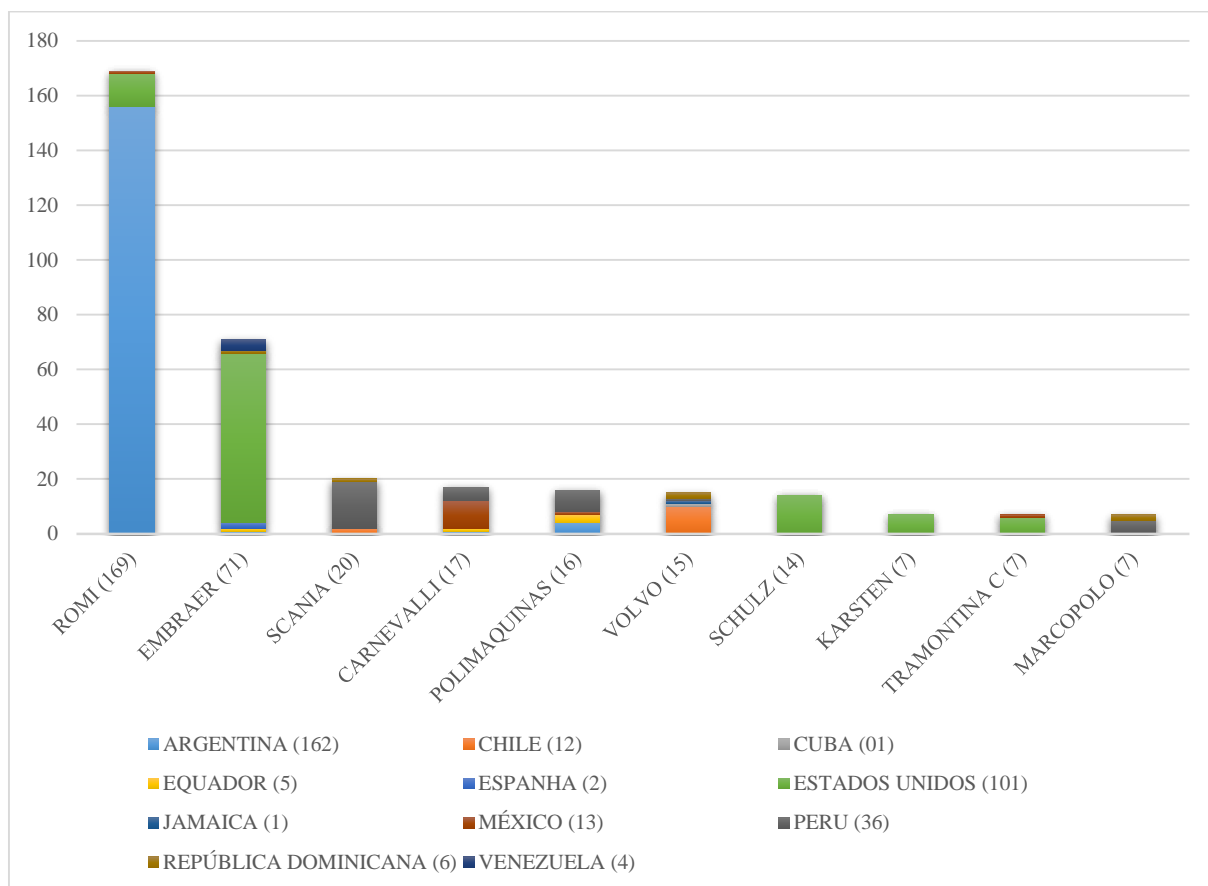
Rodoviaros LTDA (com o Equador); a Mangels Indústria e Comércio LTDA (para a Jamaica); a Forjasul Eletrik S.A (para o México); a Construtora Andrade Gutierrez S/A (para o Peru).

As restantes 27 empresas atuaram com apenas uma participação nas exportações durante o período analisado. Sendo estas a: Corib Importação e Exportação LTDA, Nigata Comércio Internacional LTDA e Seaport Brasil Comércio Internacional LTDA para a Angola; a Atlas Copco Brasil LTDA, Gsi Brasil Ind. Com. de Equipamentos Agropecuários LTDA, Helicópteros do Brasil S/A, Motorola Industrial LTDA, Padtec S/A e Techint Engenharia e Construção S/A para a Argentina; Furukawa Industrial S/A e Valtra Do Brasil LTDA para a Bolívia; San Marino Ônibus e Implementos LTDA com o Chile; A L Hecher Madeiras, Hitachi Ar Condicionado do Brasil LTDA, Leon Heimer S/A, Maubertec Empreendimentos e Construções LTDA, Toledo do Brasil Indústria de Balanças LTDA, Tracan Maqs e Sists para Agricultura LTDA e Busscar ônibus S/A para Cuba; Noma Do Brasil S. A para o Equador; Bematech S.A. para os EUA; RMS Software S/A com o México; Comil Onibus S/A para o Peru; Busscar Comércio Exterior S/A, Construtora Oas e Schahin Engenharia S/A para o Uruguai; e, por fim, a Construtora Norberto Odebrecht S. A na Venezuela.

Não cabe analisar neste trabalho a porcentagem de capital que realmente “fica” no país, entretanto, mostra-se interessante para uma outra oportunidade o estudo sobre a quantidade de capital de cada empresa que atuou como exportadora pelo BNDES, pesquisando o quanto é brasileiro e/ou estrangeiro, qualificando e quantificando os resultados com vistas à participação das empresas nacionais para a acumulação de capital do país.

No Gráfico 4 abaixo é possível visualizar as empresas que exportaram bens e serviços, bem como o país de destino destas com o recorte das 10 empresas que tiveram o maior número de participação nas exportações, isto é, igual ou maior que 7 operações, em seus respectivos países de destinações, que neste momento, são 11, e somam 343 operações (das 446 totais).

Gráfico 4. Empresas exportadoras com relação aos países de destinação do apoio do BNDES.

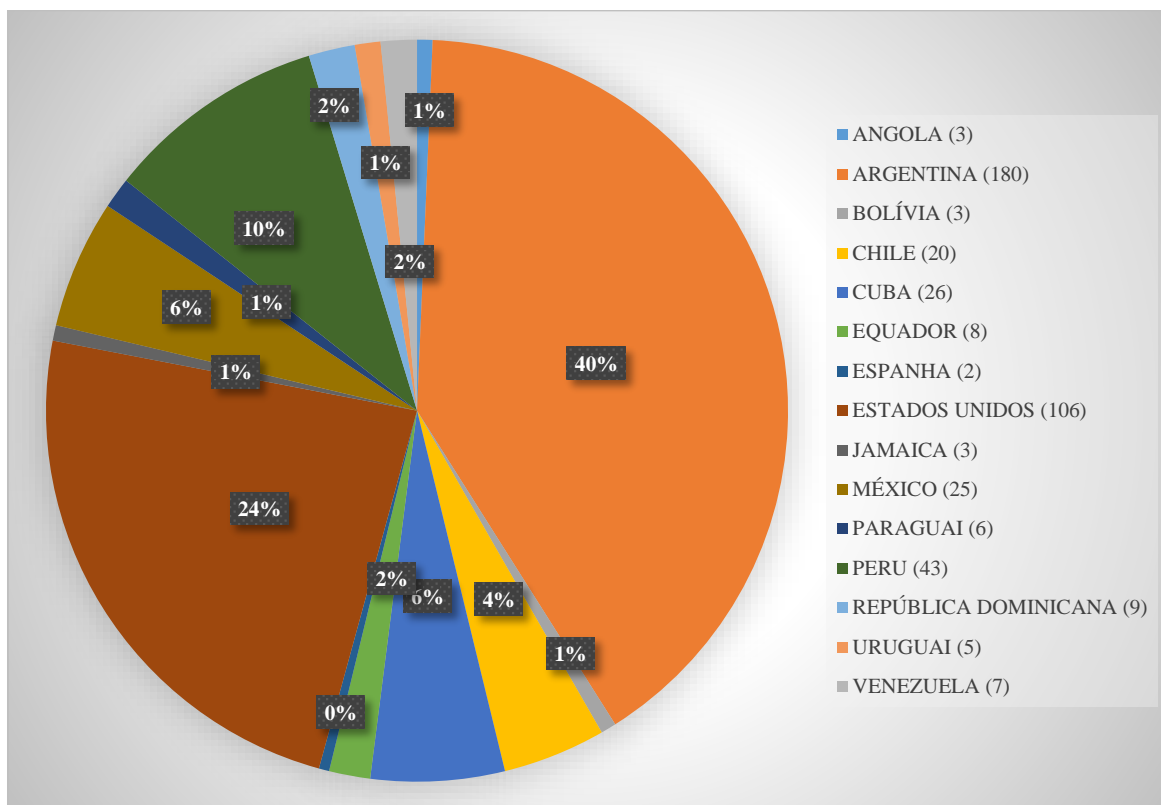


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES.

No gráfico acima percebe-se que as Indústrias Romi tiveram o maior número de participação sobre o total das exportações com 169 operações (38% do total), a maioria para a Argentina; seguida pela Embraer com 71 operações (16%), majoritariamente para os EUA; depois pela Scania com 20 operações (4%), sendo grande parte destinada ao Peru; A Carnevalli com 17 operações (4%), a maioria com o México; e a Polimaquinas com 16 operações (4%), metade com o Peru. Somando 66% sobre o total de operações apenas com essas 5 empresas.

O Gráfico 5 mostra a porcentagem com relação ao número total de financiamentos à exportação sobre à comercialização dos demais bens e serviços brasileiros, ou seja, das 446 operações, com relação ao total dos países de destino, que foram 15.

Gráfico 5. Porcentagem dos países de destinação sobre as demais operações.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES.

Nota-se que o maior destino das exportações foi a Argentina com 40%; o segundo foi os EUA com 24%; e em terceiro o Peru com 10%; seguido por Cuba e México com 6%; o Chile com 4%; com 2% para a República Dominicana, Venezuela e Equador; e o restante dos países com 1% de participação – estes foram a Angola, Uruguai, Paraguai, Jamaica e Bolívia; e por fim, a Espanha que não chegou a 1% sobre o total de participação como país de destino nas exportações.

Vale ratificar que a falta de informações impede a análise quantitativa dos valores das operações, no entanto, pode-se notar que o BNDES vem atuando fortemente na América Latina, especialmente na América do Sul com a Argentina, e tenha-se atenção ao fato de que a relação com a América do Norte possui em número de operações o segundo maior apoio do Banco no período analisado, destinado para os EUA, contando ainda com participação no continente africano, novamente com a Angola.

4. O BRASIL NA CONTEMPORANEIDADE

Para que se chegue à contemporaneidade brasileira, a fim de contribuir com análises sobre sua posição frente à economia mundial, torna-se necessário um breve relato do contexto histórico do último século até o surgimento do conceito de subimperialismo – que lançará base à conclusão do presente trabalho.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

É oportuno dizer agora que o século XX foi marcado pela primeira (1914-18) e segunda (1939-45) guerras mundiais, e nesse meio tempo enfrentou-se um período de crise internacional, incluindo a crise de 1929 e suas consequências, tendo ainda como importante fato histórico a revolução russa de 1917, produtos do “dislocamiento de fuerzas entre las potencias imperialistas y el surgimiento de nuevas tendencias en lo que se refiere a la acumulación de capital”, segundo Marini (1977, p. 20). Após a segunda guerra, os EUA ficaram ainda mais fortes, tornando-se potência hegemônica da época, impulsionados pelo aumento de suas reservas internacionais de capital e também pela indústria bélica – acrescenta-se a isso o caos em que se encontravam a Europa e o Japão, resultado das guerras e das crises que evidenciaram ainda mais a hegemonia estadunidense no pós-guerra.

Nesse sentido deve-se dizer que dada a necessidade de que a economia mundial fosse reestabelecida, os EUA puderam fazê-la à sua forma. De acordo com Marini (1977), assim, a partir da conferência de Bretton Woods (1944) foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Banco Internacional de Reconstrução e Fomento (BIRF) e o Acordo Geral sobre Impostos e Comércio (GATT). O país pregava o livre comércio que era facilitado pelos organismos internacionais recém criados, como o FMI e o BIRF, que funcionavam de acordo com as corporações privadas – o primeiro financiava déficits no balanço de pagamentos e o segundo financiava projetos de “desenvolvimento econômico”. Além disso, o país também agiu bilateralmente nos financiamentos por meio de programas de ajuda ao exterior e por sua política financeira aberta. Como se observa, as instituições e as políticas de apoio estadunidenses promoveram e asseguraram que o país se consolidasse como a potência mencionada.

Entretanto, pouco tempo depois, na década de 1950, a crise nos EUA dá seus sinais, pois “[...] las bases de la expansión norteamericana se modifican [sendo a própria expansão do pós-guerra que as transformou]. Las consecuencias inflacionarias de la guerra de Corea y la salida masiva de capitales privados al exterior (lo que, tras una breve declinación, se acelera a partir de 1957) originan una serie casi ininterrumpida de déficit en la balanza de pagos” (MARINI, 1977, p. 21). Na década seguinte, a crise monetária veio à tona, chegando em 1971 o fim⁴⁸ do padrão dólar-ouro, ou seja, a inconvertibilidade do dólar em ouro. Fato esse que possibilitou o aumento da quantidade de dólares em circulação na economia mundial e também deu início ao “eurodólar, sobre cuya base medraría la euromoneda en general, ampliando considerablemente la circulación monetaria internacional” (MARINI, 1977, p. 22).

Fazendo uma breve comparação entre a hegemonia britânica e a estadunidense, percebe-se que a primeira criou e consolidou o mercado mundial, e a segunda integrou de maneira imperialista todos os sistemas de produção, de acordo com as ideias de Marini.

Neste mesmo período (isto é, finais do século XIX e século XX), se intensifica a monopolização e a centralização do capital – como já explicado no segundo capítulo sobre o capital financeiro –, especialmente nos EUA, onde para este capital se reproduzir procurou espaços no exterior, aumentando os investimentos diretos em vários países, consoante ao sistema Bretton Woods. Dessa maneira, a exportação de capitais tornou-se, consideravelmente, maior que a exportação de mercadorias, que de acordo com Hymer, “61% do total mundial de investimento direto era de origem estadunidense” (1972 apud MARINI, 1977, p. 23). Ainda que exportação de capitais passasse a ter maior importância a nível mundial a partir dos anos de 1870, de acordo com Lênin, foi somente diante da hegemonia dos EUA que ela alcançou grau elevadíssimo, predominantemente devido aos investimentos diretos, empréstimos e financiamentos, frutos e consequências do pós-guerra.

Tendo em mente todo o processo histórico do capital financeiro e suas atribuições, é de se verificar que todos os processos citados anteriormente deram luz a uma “jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación – que son también potencias capitalistas medianas –, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo” (MARINI, 1977, p. 27)⁴⁹.

⁴⁸ Os EUA unilateralmente acabam com o padrão dólar-ouro como parte da estratégia para retomada de sua hegemonia.

⁴⁹ Não se pode aqui inserir o debate sobre a existência de um mundo multipolar, pois este requer vários polos de poder em, basicamente, um mesmo patamar em todas as esferas, se se considera que os EUA ainda continuam como potência hegemônica na atualidade.

Dentro desse contexto, países como o Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e México, segundo Marini, apresentaram uma aceleração em sua industrialização durante o período das crises e guerras, em particular no pós segunda guerra, e este processo “se ilustra por el comportamiento de la inversión norteamericana en la zona” (MARINI, 1977, p. 28). Contudo, ainda que alguns países latino-americanos tenham conseguido se industrializar e criar certo mercado interno⁵⁰, este não foi suficiente para que absorvesse todos os produtos da indústria – há desproporção entre produção e consumo, mesmo com a intervenção estatal ao criar demanda, absorver custos e tentar suprimir possíveis obstáculos à produção –, portanto, a exportação de manufaturas e de capitais se fez necessária para que o capital pudesse se reproduzir e garantir os lucros aos donos dos meios de produção.

4.2 O SUBIMPERIALISMO E O BRASIL

Neste período, vale dizer que o aparato industrial cresceu muito, e de acordo com Marini, foi durante a ditadura militar⁵¹, especialmente no Brasil, sobre o qual a indústria alimentícia e de matérias-primas que eram voltadas, principalmente, à exportação teve maior crescimento. No entanto, tal aumento de produtividade – dado o grau de desenvolvimento das forças produtivas – não foi capaz de compartilhar os frutos dessa maior produtividade com a população trabalhadora, pelo contrário, a exploração da força de trabalho aumentou, diminuindo ainda mais as possibilidades de consumo das massas. Fato este, agravado pela presença crescente do grande capital nacional e estrangeiro dentro das economias nacionais, dado que estes produzem com o objetivo de chegarem ao mercado externo, logo, as necessidades das massas não são contempladas nos interesses produtivos.

Considerando que a população também crescente não consegue ser absorvida totalmente pelos aumentos da produtividade, a superexploração da força de trabalho se acentua

⁵⁰ Tendo um agravante que era o tipo de indústria que se instalou na região, pois esta, em geral, era voltada à produção de bens de consumo suntuário (para os padrões da época).

⁵¹ Marini utiliza o ano de 1964 como um dos marcos de manifestação da dependência latino-americana, essencialmente a brasileira, ano da chegada da ditadura militar (1964 – 1985) ao poder no Brasil. Será a partir da ditadura militar que o país se prepara para a atração de capitais (impulsionados pelo boom financeiro, dado pela expansão do capitalismo mundial), por meio da estrutura institucional e jurídica, amplia as condições vantajosas ao capital externo, a livre contratação de empréstimos entre as empresas estrangeiras e locais, possibilidade aos bancos comerciais de financiar capital fixo e de giro às empresas, dessa maneira, surge então o mercado de capitais no país, consoante com Marini.

junto ao aumento do exército industrial de reserva – isto é, o total de desempregados e empregados informalmente –, fator que diminui ainda mais a possibilidade de consumo da classe trabalhadora e conduz ainda mais à “concentração do capital (na medida em que converte parte do fundo de salários em fundo de acumulação de capital” (MARINI, 1974, p. 6, tradução nossa). O reflexo disso é que o sistema econômico do país acaba sendo ditado pelo grande capital nacional e estrangeiro, fazendo com que cresça cada vez mais o exército industrial de reserva e a distância entre a produção e o consumo da classe trabalhadora (MARINI, 1974).

O reflexo da insuficiência do mercado interno em absorver toda a mercadoria e capital produzidos nacionalmente leva a expansão da acumulação de capital a encontrar novas saídas para sua realização, levando à apropriação de valor de países mais frágeis, onde também

[...] o capital financeiro em operação no país e as empresas produtivas inscritas em sua lógica e que assumem a configuração de trustes capitalistas nacionais – nunca desvinculados do capital estrangeiro, tenha-se presente – conseguem apropriar-se de lucro extraordinário, seja liderando internamente a produção em seus ramos respectivos, seja operando em outras economias submetidas à expansão subimperialista, apropriando-se de valor produzido nas nações mais débeis. E uma parte dessa massa de valor – a outra é drenada pelas relações com o imperialismo – é incorporada, possibilitando, dentro dos limites de uma economia dependente, certo “desenvolvimento” com algum controle tecnológico na produção e com alguma presença, ainda que subordinada, nos circuitos da valorização financeira. Os casos da Petrobrás, da Embraer, do Banco do Brasil, do BNDES, e de um banco privado como o Itaú são exemplos do recém exposto. (LUCE, 2014, p. 58)

Marini (1974) utilizará então o conceito de subimperialismo para tentar descrever a maneira de como o Brasil se posicionou nas últimas décadas frente à economia mundial. Dessa maneira, o referido autor questiona se

[...] la política expansionista brasileña en América Latina y Africa, además de la búsqueda de mercados, no corresponde al intento de asegurarse el control de fuentes de materias primas —como el hierro y el gas de Bolivia, el petróleo de Ecuador y las colonias portuguesas en Africa, el potencial hidroeléctrico de Paraguay— y, aún más, al de cerrarles las posibilidades de acceso a las mismas a posibles competidores, como Argentina? La ofensiva brasileña sobre esos países y la amenaza que pesa sobre Venezuela y Argentina, así como sobre Africa, ¿no corresponden al propósito de obtener, dentro del actual reparto del mundo, zonas de influencia e imponer incluso la hegemonía de Brasil en el Atlántico Sur? La exportación de capitales brasileños, principalmente a través del Estado (lo que nos muestra a la Petrobrás criolla, convertida en Brazilian Petroleum, bregando por ingresar al cártel internacional del petróleo, así como un incremento constante de los préstamos públicos al exterior), pero también asociados a grupos financieros extranjeros, para explotar las riquezas de Paraguay, Bolivia y las colonias portuguesas de Africa, para dar algunos ejemplos, ¿no se presenta como un caso particular de exportación de capital, planteado en el marco de lo que puede hacer un país dependiente como Brasil? (MARINI, 1974, p. 4)

Em linhas gerais, nos países de economia dependente tem-se, indutivamente, industrialização⁵² também dependente, sobre as quais orientam-se para o mercado externo, e esse movimento é a nível global dentre dos marcos de uma economia dependente. Isso ocorre porque

El proceso de acumulación en condiciones de superexplotación, o sea el proceso de acumulación dependiente agudiza así la concentración y la centralización del capital (la monopolización), beneficiando simultáneamente a las ramas industriales que se separan del consumo popular. En otras palabras, la realización del capital tiende a reducir su relación con el mercado interno. (MARINI, 1974, p. 6)

Como um dos desdobramentos dessa redução na relação com o mercado interno, as economias dependentes se lançam ao mercado externo, processo esse que conforma uma nova divisão internacional do trabalho (MARINI, 1974), sobre a qual são transferidas etapas inferiores da produção industrial para os países dependentes, enquanto os países avançados se especializam nas etapas superiores, ajudando os últimos a aperfeiçoarem e perpetuarem seus mecanismos de controle financeiro e tecnológico sobre todo o globo. Assim se dá, de acordo com Marini (1974), o subimperialismo, sob a ótica econômica.

Portanto, o subimperialismo ocorre a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial produto dessa nova divisão internacional do trabalho, dadas as condições próprias das economias dependentes que são,

[...] esencialmente: la superexplotación del trabajo, el divorcio entre las fases del ciclo del capital, la monopolización extremada en favor de la industria suntuaria, la integración del capital nacional al capital extranjero o, lo que es lo mismo, la integración de los sistemas de producción (y no simplemente la internacionalización del mercado interno [...]). (MARINI, 1974, p. 7)

Entretanto, convém ressaltar que nem todo país dependente é subimperialista, mas todo país subimperialista é dependente. Sobre essa afirmação, Marini (1974) destaca que mais de noventa⁵³ países poderiam ser considerados como dependentes, considerando sua época de

⁵² A industrialização nestes países “[...] presenta a nivel global dos características básicas: a) es desigual, es decir, da lugar a diferentes grados de desarrollo industrial (y por ende de composición orgánica del capital) en los países dependientes, y b) reorienta hacia el sector industrial de esos países el capital extranjero, en virtud de las elevadas cuotas de plusvalía que allí se presentan, así como de la posibilidad que ofrece a los países avanzados de exportar hacia ellos ya no sólo bienes de consumo corriente, sino también bienes intermedios y de capital” (MARINI, 1974, p. 6, 7)

⁵³ De acordo com cálculos feitos pela Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) referentes a 92 países dependentes, mostram que “sólo seis países presentaban, bajo este aspecto, un índice de participación igual o superior a 25%” (MARINI, 1977, p. 38), sobre a participação das manufaturas no produto interno bruto (PIB) destes países.

análise (os anos de 1970), contudo, somente seis deles poderiam ser considerados subimperialistas, sendo esses a Argentina⁵⁴, o Brasil e o México na América Latina, pois já tinham um produto interno bruto (PIB) com produção industrial próxima a um terço (1/3), e portanto, maior composição orgânica⁵⁵ do capital, além de maior desenvolvimento do capital financeiro e os monopólios e crescente relação com o mercado e capital estrangeiros.

Pode-se inferir que o subimperialismo é também fruto do desenvolvimento histórico do sistema capitalista, cujo surgimento “corresponde al surgimiento de puntos intermedios en la composición orgánica del capital a nivel mundial, a medida que éste progresa en la integración de los sistemas de producción, así como a la llegada de una economía dependiente a la fase del monopolio y del capital financiero” (MARINI, 1974, p. 7).

Portanto, de acordo com Luce

O subimperialismo⁵⁶ deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de transferirem valor para os centros imperialistas. Essas formações econômico-sociais que ascendem à condição subimperialista logram deslocar contradições próprias ao capitalismo dependente, de modo a assegurar a reprodução ampliada e mitigar alguns efeitos da dependência mediante formas específicas do padrão de reprodução do capital e uma política de cooperação antagônica com o imperialismo dominante, nas diferentes conjunturas, sem questionar, contudo, os marcos da dependência, mas pleiteando uma autonomia relativa para o Estado subimperialista. (LUCE, 2014, p. 46)

Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental, pois este deve “asegurar la plena circulación del capital así invertido, es decir, de abrir camino a su realización” (MARINI, 1977, p. 39), seja na criação ou subsídio da

[...] demanda (interna y externa) para la producción. Se ocupó, también, de asegurar campos de inversión en el exterior, mediante operaciones de las empresas estatales, créditos intergubernamentales o garantías a operaciones privadas en países de América Latina y África. Lanzado en la órbita del capital financiero internacional, el capitalismo brasileño haría todo por atraerse el flujo monetario, aunque no fuera capaz de asimilarlo íntegramente en tanto que capital productivo y debiera reintegrarlo al movimiento internacional de capitales. Con ello, a su estilo dependiente y subordinado, Brasil entraría en la etapa de exportación de capital, así como a la rapiña

⁵⁴ Ainda que Marini considere a Argentina e o México como subimperialistas, o autor identifica apenas o Brasil como sendo a mais pura expressão do subimperialismo na atualidade.

⁵⁵ A composição orgânica do capital é a relação existente entre capital constante e capital variável, dada pelo quociente das duas variáveis. Sendo o primeiro o maquinário, e o segundo a força de trabalho.

⁵⁶ Ademais, como é um “fenômeno histórico, o subimperialismo vai tendo suas formas modificadas, embora conservando sua mesma essência” (LUCE, 2014, p. 61).

de materias primas y fuentes de energía en el exterior, como el petróleo, el hierro, el gas. (MARINI, 1977, p. 39)

O Estado subimperialista também se caracteriza por uma cooperação antagônica⁵⁷, isto é, busca uma autonomia relativa dentro dos marcos da dependência, onde a burguesia nacional pode “barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação – melhores preços, melhores acordos, áreas próprias para exploração, etc.” (MARTINS, s/d apud LUCE, 2014, p. 60). Como exemplo disso, pode-se citar Luce ao dizer que “a burguesia interna e o Estado brasileiros não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes – e até mesmo como protagonistas – do processo de desnacionalização e apropriação de territórios para a acumulação no continente” (2014, p. 59).

Dentro do marco de cooperação antagônica, não se pode esquecer que existem divergências de interesse entre o capital nacional e o estrangeiro. Dessa maneira, nas palavras de Marini se deveria

[...] asumir conscientemente la decisión de someterse a la tendencia integradora que le imponen los centros imperialistas, la burguesía de los países dependientes necesita concentrar y organizar sus fuerzas para hacerlo con provecho. Sus desventajas ante la burguesía imperialista son demasiado grandes para que ella quiera ir directamente a la negociación con ésta, y es por lo que opta por el reforzamiento del Estado nacional como instrumento de intermediación. (MARINI, 1977, p. 23)

Portanto, o subimperialismo⁵⁸ pode ser entendido como sendo uma etapa superior em que economias dependentes podem chegar ao se encontrarem na etapa do capital financeiro e dos monopólios. Dessa forma, tem-se a expressão de um movimento onde “o externo (exportação de capital) se internalizou (elevação do grau da composição orgânica do capital) e, como nova síntese de múltiplas determinações, novamente se exteriorizou (expansão subimperialista)” (LUCE, 2014, p. 48).

Ambos os processos citados anteriormente – imperialismo e subimperialismo – são produtos do “amadurecimento da economia capitalista mundial – no ‘centro’ o primeiro, na ‘periferia’ o segundo” (LUCE, 2014, p. 47)⁵⁹, sendo que o início do imperialismo ocorre em

⁵⁷ “A cooperação antagônica também depende de correlações de força que são variáveis, isto é, a conjuntura econômica internacional, incluindo dentro de cada país, a situação política, as forças revolucionárias, divergências e etc.” (MARTINS, s/d).

⁵⁸ Luce argumenta que “em Marini estão os fundamentos para uma teoria global sobre o subimperialismo e que é a partir deles que daremos conta de explicar com o devido rigor as atuais tendências expansionistas do capitalismo brasileiro e da sua política exterior” (2014, p. 61).

⁵⁹ Existe um debate com relação aos usos dos termos de subimperialismo e semiperiferia – sobre o qual inserem-se as categorias de centro e periferia –, relacionando-se à análise do sistema-mundo, que assim como a do

finais do século XIX, e o subimperialismo ocorre após a Segunda Guerra Mundial. Da mesma maneira em que o imperialismo necessita de uma divisão internacional do trabalho entre os países, o subimperialismo estabelece uma divisão sub-regional do trabalho, especialmente na região em que o país subimperialista exerce influência.

Para o Brasil, a divisão sub-regional do trabalho trouxe maior poder de influência frente ao restante dos países “vizinhos”. Neste aspecto pode-se inserir as influências nos processos de integração brasileiros e latino-americanos sobre os quais o Brasil participa e possui, quase sempre, maior relevância dentro destes grupos. Portanto, pode-se perceber que, além da expansão ao exterior que algumas empresas tiveram, dentro do marco do subimperialismo, os processos de integração também podem ser caracterizados a partir dessa perspectiva, e evidencia-se

[...] antigos e novos trustes capitalistas nacionais expandirem seus negócios, com aportes financeiros do BNDES e ofertas de ações na bolsa de valores (fusão do capital bancário e do capital industrial), absorvendo riquezas nacionais dos países vizinhos, como o fizeram as mineradoras Vale e Votorantim, os frigoríficos Marfrig e JBS Friboi, a Petrobras, as construtoras Odebrecht e OAS, o grupo Gerdau, etc. Se, por um lado, o Mercosul subimperialista contrasta com a ALCA do grande imperialismo, por outro, assim como a Unasul – quando esta se restringe a um foro de implementação da IIRSA – coloca em prática, em nome da integração regional, o papel que o imperialismo nos reserva na divisão internacional do trabalho, com a particularidade de buscar uma esfera de influência própria e uma autonomia relativa para a burguesia dependente, nos termos da cooperação antagônica com os centros imperialistas e às custas dos povos irmãos. Nesse sentido, substituir os EUA ou a EU (União Europeia) pela China como principal mercado de destino das exportações em nada altera a lógica do imperialismo, que finca raízes em nossas sociedades e segue provocando o despojo dos povos no continente, com a participação ativa dos governos brasileiros de Lula e Dilma, como se vê nas lutas em Tipnis na Bolívia, na Amazônia peruana e equatoriana, nas terras uruguaias e paraguaias, em países africanos, etc., enquanto são negadas à classe trabalhadora brasileira suas condições mais essenciais de vida e trabalho. (LUCE, 2014, p. 63)

Tudo isso pode ser confirmado pela atualidade brasileira ao serem analisadas as exportações de capital, bens e serviços realizados pelo BNDES às empresas brasileiras para determinados países de destino. Neste momento vale lembrar que analisando o Produto BNDES Exim Pós-embarque e seus dois tipos de exportação, constata-se que o apoio à exportação de bens e serviços de engenharia às construtoras brasileiras propulsou altamente uma das construtoras participantes entre 2003 a 2010, contendo 68% de participação sobre o total dos

subimperialismo, começou a ser formulada nos anos 1970, especialmente com Wallerstein. Como um sistema tripartite necessário, e a chave para o “sucesso” dos centros estaria na troca desigual entre os países centrais e os de periferia, indicando que um país semiperiférico possa tornar-se central em determinado momento. Contudo, esse debate foge ao escopo deste trabalho, mas faz-se importante ter conhecimento e entendê-lo. A fins de síntese, pode-se dizer que, todo país subimperialista é semiperiférico, porém, nem toda semiperiferia é subimperialista.

financiamentos concedidos no período: das 11 empresas que puderam exportar seus serviços, apenas a Odebrecht teve grande papel significativo, seguido pela Construtora Andrade Gutierrez S/A com 22% de participação, já as outras 9 não chegaram a 4% de participação sob o total de financiamentos. Isso demonstra a enorme injeção de capital nas grandes construtoras e como o Estado está intimamente ligado à essas ações, dado que o BNDES é estatal e segue as políticas e diretrizes de “desenvolvimento” do próprio Estado, proporcionando assim que as grandes construtoras acumulem mais capital e levem o nome do país ao mercado externo.

Dessa maneira, o BNDES tornou-se um instrumento de suma importância para a extensão das empresas brasileiras ao exterior, e também na extensão do tempo de permanência de tais empresas no cenário internacional, como a Odebrecht que atuou durante todo o período de análise, a Andrade Gutierrez atuando entre 2005 a 2010, em contraposição a uma participação em apenas um determinado ano por empresas como a Prado Valladares, Emsa, Mello Junior, Pro Sinalização Viária e a Tpro Engenharia que não alcançaram nem 1% nos valores de financiamentos realizados pelo Banco. Contudo, o apoio do Banco fortalece as empresas que já conseguiram se inserir estrategicamente no mercado externo, e assim galgar maiores posições com as exportações brasileiras, tanto no cenário nacional, como no internacional. Por isso, logicamente, é mais vantajoso manter determinadas empresas que já estão inseridas no mercado externo do que as que ainda não tem tanto “mercado” para isso.

Acrescenta-se a isso o fato de nos dois tipos de operações com o mercado externo – financiamento de obras e de comercialização de bens e serviços – a empresa recebe o desembolso à vista, logo que comprovada a exportação, possibilitando que a empresa financie seu importador e ofereça maior prazo de pagamento, no caso da comercialização; ambos os processos propiciam que as empresas brasileiras possam competir internacionalmente em melhores condições.

Além disso, pode-se verificar também que as exportações estiveram, majoritariamente, vinculadas à América Latina, com destaque para Venezuela, seguida por Argentina, depois República Dominicana e Cuba. Entretanto, o apoio a financiamento que teve a segunda maior expressividade com relação a valores foi para a Angola, no continente africano. Este fato pode ser explicado pela posição subimperialista que o Brasil ocupa, considerando que, além de expandir sua influência aos países vizinhos e para demais locais da América Latina, também se lança à novos continentes, como a África, tendo com a Angola enorme relação como uma das expressões do capital financeiro contemporâneo, e portanto, um aumento considerado nas relações Sul-Sul. Esse mesmo papel de expansão à outros continentes também verifica-se

na exportação sobre a comercialização dos produtos brasileiros ao exterior, também para a Angola no mesmo período.

No que se refere às exportações sobre as demais operações dentro do Produto BNDES Exim Pós-embarque sobre a comercialização de bens e serviços brasileiros no exterior, pode-se perceber que a relação com a América Latina é maior, tendo a Argentina como uma das maiores parceiras para a exportação, com 40% sobre o total de exportações – com relação ao número de operações realizadas no período analisado, sendo 180 no total –, seguida pelo Peru com 10% – sendo 43 operações –, e Cuba e México com 6% – sendo 26 e 25 operações, respectivamente. Contudo, os resultados chamam a atenção para a relação de exportação com os EUA, somando 106 operações no período, num total de 24% das exportações totais de comércio exterior – remetendo à análise para a cooperação antagônica com os países imperialistas, sobre o qual o Brasil busca uma autonomia relativa dentro da dependência em que se encontra e não questiona este mesmo sistema, apenas busca melhor relação em sua própria subordinação, como já escrevia Luce (2014).

Cumprido observar ainda que as exportações sobre a comercialização dos produtos brasileiros foram, em sua maioria, de produtos finais com pouco valor e de peças intermediárias para outros produtos finais mais elaborados e mais custosos. Como se verificou, as Indústrias Romi S. A participaram em 169 operações, sendo 38% sobre o total de operações realizadas, seguida pela Embraer S/A com 71 operações e, portanto, 16%; os outros 46% dividem-se entre o restante das 58 empresas, destas, nenhuma alcança os 5% sobre o total de exportações. Oportuno se torna dizer que as Indústrias Romi S. A trabalham, essencialmente, sob o ramo de máquinas e ferramentas, portanto, como já dito anteriormente, produtos finais que também podem ser utilizados para a realização de outras mercadorias de maior valor, que, no entanto, nesta etapa da produção possuem pouco valor. Analogamente, as demais operações de exportação – as empresas analisadas com até 6 operações – atuaram nos ramos de maquinário, montadoras, equipamentos, peças diversas, utensílios, artigos têxteis e afins – isto é, etapas inferiores da produção industrial mais avançada, como por exemplo, a de tecnologia.

Dessa maneira, a exportação de produtos de pouco valor, induz, mais uma vez, esta análise a acreditar que o subimperialismo se encaixa na realidade e posição atual brasileira, pois de todas as operações sobre a comercialização dos produtos brasileiros ao exterior tem-se tanto a exportação das etapas inferiores da produção industrial para os países imperialistas, de maior acumulação de capital, como por exemplo, os EUA (enquanto estes se especializam em etapas superiores da produção); como também há a presença da apropriação de valor das nações com

menores condições de acumulação de capital, as mais débeis, como também afirma Luce (2014) novamente, como por exemplo nas exportações para a Venezuela, Peru, Paraguai e etc., em maior número e quantidade e, portanto, mais visíveis na presente análise.

Dentro desse contexto, a Embraer S/A é a única exceção significativa apresentada, pois atua “nas etapas de projeto, desenvolvimento, fabricação, venda e suporte pós-venda de aeronaves para os segmentos de aviação comercial, aviação executiva, além de oferecer soluções integradas para defesa e segurança e sistemas” (EMBRAER), de acordo com a própria definição da empresa, trazendo maiores retornos das exportações realizadas, pois se especializam também em etapas superiores da produção deste segmento específico. Esse é um dos exemplos claros em que, ademais de ser ator coadjuvante, atua como protagonista nesse segmento, fato que proporciona ao país alcançar melhores posições dentro do sistema interestatal, no que diz respeito à acumulação de capital e industrialização – um dos pilares de um país subimperialista.

Os financiamentos do BNDES voltam-se a esses dois modelos porque são justamente nesses mercados determinados em que as exportações brasileiras, tanto de bens manufaturados, quanto de serviços de engenharia conseguem ser competitivas em preço, salvo exceções.

Contudo, cabe em outra análise verificar o quanto deste retorno se reflete para o Brasil e quanto é transferido ao exterior para as nações mais “avançadas” sobre as empresas que atuaram no comércio exterior analisadas no presente trabalho, considerando a Embraer a modo de exemplo, que a empresa é uma sociedade anônima, e portanto, o Estado e o restante dos acionistas brasileiros possuem apenas 40%⁶⁰ dos votos nas reuniões do conselho da empresa. Este fato constata mais uma vez que, tanto a burguesia interna, quanto o Estado brasileiros, citando Luce, “não foram simplesmente absorvidos pelo capital estrangeiro como em outros países, mas de maneira integrada a este atuaram como coadjuvantes – e até mesmo como protagonistas – do processo de desnacionalização e apropriação de territórios para a acumulação no continente” (2014, p. 59).

Nessa linha de análise, tem-se também nas exportações de serviços de engenharia fortes empresas do segmento que puderam alavancar-se no cenário internacional, demonstrando em conjunto um caráter subimperialista em suas ações dado o grande apoio do BNDES, especialmente com a Odebrecht, que manteve-se no cenário internacional durante o período

⁶⁰ Maiores informações em:
<<http://www.embraer.com.br/pt-BR/ConhecaEmbraer/Governanca/Paginas/default.aspx>>.

analisado e que ainda está presente, pelo menos até o ano passado, no mercado externo e que multiplicou em seis vezes sua receita nos últimos 9 anos.

Vale lembrar que a atuação do BNDES é uma dimensão fundamental para se entender o subimperialismo brasileiro, principalmente na época de análise escolhida, porém, para trabalhos futuros, seria importante e necessário analisar todo o fluxo de investimento brasileiro direto no exterior (IBDE), a relação do IBDE com o investimento externo desses mesmos países com o Brasil, e também a balança comercial e a pauta de exportação e importação com cada país. Acrescenta-se a tudo isso, a necessidade futura de se estudar a relação disso com o padrão de reprodução do capital no Brasil, sobre o qual insere-se a classe trabalhadora e, portanto, qual seria o efeito disso sobre a política de aumento salarial nos últimos 10 anos, sobre a concessão de empréstimos ao consumidor, enfim, qual seria o efeito disso sobre a vida dos brasileiros.

Como remate é importante frisar que o BNDES age de acordo com as políticas definidas pelo Governo Federal visando o chamado “desenvolvimento econômico e social do país”, viabilizando a conclusão de que os interesses respaldados pelo Estado em relação aos apoios de programas, projetos, obras e serviços ocultam a luta de classes e os interesses da classe trabalhadora, em prol da chamada “grandeza nacional”, que cada vez mais conduz à acumulação de capital por parte das camadas mais ricas da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho pôde contribuir com conhecimento acerca do capital financeiro, especialmente no que diz respeito a uma de suas manifestações na contemporaneidade brasileira, e assim, verificar a posição do país em relação à economia mundial.

Dessa maneira, tratou-se no segundo capítulo sobre a categoria capital financeiro, sobre a qual foi constatada que esta é fruto do desenvolvimento histórico do sistema capitalista e não pode ser dissociada desse, pois é a partir do surgimento do capitalismo, tendo no capital comercial e no usurário como uma das bases para o surgimento desse sistema, e depois o aparecimento do capital industrial e assim também o do capital produtor de juros – ocorrendo, concomitantemente, o processo de dissociação entre as esferas do ciclo de produção e reprodução do capital –, e indutivamente, o surgimento e importância do sistema creditício e bancário; todos esses procedimentos impulsionaram os processos de acumulação, concentração e centralização em todas as esferas capitalistas – que são também produtos e consequências de todos esses processos. Dessa maneira, pôde-se chegar a uma nova fase nesse sistema, chamada de capital financeiro – bem como também a fase imperialista do capitalismo, que não pode ser dissociada da fase do capital financeiro. Sendo assim, considerando tudo o que lhe está intrínseco – e foi citado anteriormente –, em última instância, tem-se o capital financeiro como sendo o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam.

Portanto, considerando para esta análise o capital financeiro como um fenômeno histórico – dos bancos concentrarem grande parte dos capitais e direcionarem esse capital ocioso para a capacidade produtividade e para a acumulação de capital – e que tem várias manifestações, não se pode perder de vista que existe um debate entre o uso do termo do capital financeiro, e da não generalização da utilização dessa categoria de análise em qualquer discurso, pois, na essência, parece esconder todo o processo histórico intrínseco à essa categoria, em especial sua intrínseca relação com a acumulação de capital. Nesse quesito, este trabalho tenta contribuir para este debate com as considerações acerca da categoria utilizada e a maneira como foi utilizada.

Em virtude dessas considerações acerca do capital financeiro, para a análise proposta considerou-se como uma de suas expressões contemporâneas no Brasil a ação do BNDES, pontualmente aquela voltada à exportação de capitais, bens e serviços. Dessa maneira, ao ser analisado o Produto BNDES Exim-Pós Embarque entre os anos de 2003 a 2010,

constatou-se que, dentro do apoio a financiamento de obras de engenharia no exterior a relação do Banco para com os países da América Latina totalizaram 69% do total de operações em dólares neste período, sendo que a maior expressividade sobre os financiamentos foram os destinados à Venezuela, que somaram 31% dos financiamentos à América Latina; seguido pela Argentina, cujo apoio ficou com 22%; República Dominicana com 13%, e por fim, Cuba com 3% sobre o total. Considera-se significativo também, os financiamentos cuja destinação foi diretamente a outro continente, o africano, tendo com a Angola 31% sobre o total dos financiamentos às obras.

O reflexo da maior relação com as exportações entre Brasil e Angola demonstra a expansão que o capital brasileiro está alcançando nos últimos anos, tornando-se um tema relevante para estudos futuros, a fim de analisar de que maneira as exportações brasileiras afetam a acumulação de capital e a capacidade produtiva angolana, e esse processo como uma política do subimperialismo brasileiro. Analogamente, pode-se pensar nessa relação também com os países vizinhos, ganhando maior destaque e poder na sub-divisão regional do trabalho, como por exemplo, com a Venezuela e Argentina.

O apoio a serviços de engenharia reflete a acumulação de capital alcançada em algumas construtoras brasileiras, principalmente, a Construtora Norberto Odebrecht AS, pois esta atuou em todos os países atendidos pelo produto – com exceção de Cuba –, e somou 68% sobre o total de financiamentos de engenharia concedidos; em seguida tem-se a Construtora Andrade Gutierrez S/A com participação em 22% sobre os valores financiados, tendo com as outras 9 empresas o restante dos 10% de participação sobre os valores financiados.

Portanto, pode-se perceber que o apoio do BNDES aos financiamentos sobre as exportações impulsionou o crescimento do acúmulo de capital e apropriação de valor – por parte do BNDES com as taxas de juros e de descontos sobre os financiamentos e, por parte das empresas com a mais-valia (que pode-se pensar aqui em superexploração da força de trabalho a fim de garantir maiores lucros, tema que cabe em um novo estudo, a saber: analisar as taxas de exploração da classe trabalhadora em prol da maior acumulação para as empresas exportadoras), nesse caso específico, especialmente com a Odebrecht.

Cabe assinalar que, para trabalhos futuros, a análise de recebimento ou não do Produto BNDES Exim a financiamentos para as construtoras pode induzir ao estabelecimento de forte relação sobre o aumento da acumulação de capital e também sobre a expansão internacional destas empresas brasileiras no mercado mundial, bem como seu respectivo tempo de permanência no cenário internacional que também se refletiria em um maior acúmulo e

concentração de capital dessas empresas, ou seja, analisar a transferência de valor aos países imperialistas, e também a apropriação de valor a partir dos países mais frágeis.

No que se referiu ao financiamento às exportações sobre a comercialização de bens e serviços brasileiros ao exterior, ressaltando a falta de valores sobre as operações realizadas que impossibilita uma conclusão com maior certeza e exatidão, tanto na parte qualitativa como a quantitativa; verificou-se maior diversidade respeito aos países de destino dos financiamentos à exportação, com 15 países, bem como maior número de empresas participantes nas exportações de bens e serviços, sendo 60 no total. A relação com a América Latina ficou nos 75% sobre o total de operações de financiamentos divididos entre 12 países, sendo 40% desses com destino para a Argentina. Os números de financiamentos às exportações com a América do Norte, essencialmente, com os EUA tiveram significativa expressividade, dado que somaram 24% sobre o total.

Constatou-se também que ainda que tenha havido maior participação em número de empresas e países de destinação desse tipo de exportação, a grande maioria das empresas exportadoras são especializadas em níveis mais baixos da atividade produtiva, ou seja, na produção de máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios, peças, montadoras e etc., bens que possuem pouco valor se comparado a bens de tecnologia produzidos em países imperialistas como os EUA. Com exceção apenas da Embraer, empresa que utiliza de alta tecnologia e valor, fazendo com que a cooperação antagônica estivesse presente nas exportações do BNDES.

Como se depreende, a análise do Produto BNDES Exim pós-embarque possibilitou uma certa clareza na percepção da posição brasileira dentro do sistema mundial, patamar este alcançado e, de certa forma, mantido durante o período de análise. A partir desse estudo, pôde-se chegar à categoria do subimperialismo na contemporaneidade brasileira, inicialmente, tecendo um contexto histórico do surgimento da categoria de análise, sendo este após a Segunda Guerra Mundial, até chegar ao que pode-se considerar como sendo subimperialismo brasileiro e os elementos analisados no presente trabalho sobre a atuação do BNDES com relação ao Brasil, ao comércio exterior, à expansão das empresas exportadoras, e os financiamentos aos agentes públicos dos países apoiados.

Tais elementos permitem que se chegue à conclusão de que, de acordo com os resultados da análise do Produto em questão, pode-se vislumbrar a existência da relação de cooperação antagônica – referente a participação dos EUA como destino das exportações –; verifica-se também o aparato produtivo brasileiro especializado em etapas inferiores da produção de pouco valor – e quando pode ser considerado como uma etapa avançada (no caso

pontual da Embraer), o é dentro da já citada cooperação antagônica –; à expansão do Banco e assim das empresas que atuaram na exportação para a América Latina, chegando até a África – ainda que pequeno proporcionalmente, mas que já dá seus indícios e por isso, a apropriação de valor por estes países mais frágeis –, considerando que o Brasil já se encontra na fase dos monopólios, e por tanto, do capital financeiro e por assim dizer, no subimperialismo.

Como o BNDES reflete as políticas que o Estado define como sendo as de prioridade ao “desenvolvimento” do país, vê-se a íntima ligação entre ambos, aplicando medidas que facilitam a acumulação e centralização de capital pelas grandes empresas. Ademais, a política econômica brasileira contemporânea não corta vínculos com os grandes capitalistas – mas os alimenta –, retornando e reafirmando à ideia de não ruptura com o modo capitalista de produção, mas sendo nessas ações um vislumbre para alcançar melhores posições dentro da economia mundial na atualidade.

É, de fato, perceptível que o Brasil emergiu nas últimas décadas para um grupo seleto que conseguiu chegar à etapa do capital financeiro. Como parte deste processo, os financiamentos às exportações pelo BNDES cresceram muito durante os oito anos analisados, contudo, a possibilidade de um dia chegar ao mesmo patamar de acumulação que as potências imperialistas dos séculos XIX e XX alcançaram é remota – pra não dizer inexistente, pelo menos até as próximas décadas – ainda que reproduza os mesmos padrões destes – sejam políticos, econômicos ou culturais. Ainda que esteja na fase dos monopólios, do capital financeiro, a posição que se pode considerar como sendo a alcançada pelo Brasil no presente momento é a de um país subimperialista. Ademais, o subimperialismo pressupõe certa associação com o imperialismo, a fim de buscar sempre melhorar sua posição dentro da economia mundial, sem questionar todo esse sistema e, portanto, impossibilitando mudanças radicais dentro da subjugação inserida.

REFERÊNCIAS

Apoio Financeiro - Apresentação. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/>.

Acesso em: 15 abr. 2016.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial.**

1983, p. 167 a 174. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61800/64663>>. Acesso em: 22 maio.

2016.

BNDES. Disponível em: <www.bndes.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BNDES Exim. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/index.html>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Produto BNDES Exim Pós-embarque. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Exim/produto_eximpos.html>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BNDES Transparente. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. 172 p.

CATAIA, Marcio Antonio. **Território político: fundamento e fundação do Estado.**

Sociedade & Natureza, Uberlândia, p; 115-125. Abr. 2011.

CATERMOL, Fabrício. O BNDES e o apoio às exportações. BNDES. In: **O BNDES EM UM BRASIL EM TRANSIÇÃO.** Disponível em:

<http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/Brasil_em_transicao_cap10.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.

Composição das taxas de juros dos financiamentos do BNDES. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Ferramentas_e_Normas/Custos_Financieiros/Composicao/>. Acesso em: 10 maio. 2016.

Consulta a financiamentos de exportação. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_exportacao/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Consulta a financiamentos de exportação para obras no exterior. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/painel_consulta_pos_embarque_obras.html>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Consulta a financiamentos de exportação pós-embarque. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/painel_consulta_pos_embarque_geral.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Consulta às operações de exportação pré-embarque. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/consulta_operacoes_indiretas_automaticas_preembarque.html#resultado>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Consulta às operações com administração pública direta. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/consulta_operacoes_administracao_publica_direta_resultado.html#resultado>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Consulta às operações diretas e indiretas não automáticas - Painéis interativos.

Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/painel_consulta_diretas.html>. Acesso em: 10 maio. 2016

Consulta às operações indiretas automáticas. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/consulta_operacoes_indiretas_automaticas.html#resultado>. Acesso em: 10 maio. 2016.

BRASIL. Decreto Nº 4.418, De 11 De Outubro De 2002. Aprova novo Estatuto Social da empresa pública Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4418.htm>. Acesso em: 25 maio. 2016.

Efetividade - Resultados para a sociedade. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Efetividade/>. Acesso em: 30 maio. 2016.

EMBRAER. **Quem Somos.** Disponível em: <<http://www.embraer.com.br/pt-BR/ConhecaEmbraer/TradicaoHistoria/Paginas/default.aspx>>.

Acesso em: 5 jun. 2016.

Empresas do Sistema BNDES. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/Empresas_Sistema_BNDES/>. Acesso em: 13 abr. 2016.

Estatísticas operacionais do Sistema BNDES. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/>. Acesso em: 10 maio. 2016.

Estatísticas de desembolso: produto, porte de empresa e forma de apoio. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/painel1_produtos.html>. Acesso em: 10 maio. 2016.

Estatísticas operacionais para download. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/estatisticas_download.html>. Acesso em: 10 maio. 2016.

Estatuto do BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/Empresas_Sistema_BNDES/Legislacao/estatuto_bndes.html>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Exportação. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Exportacao/>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Fontes de Recursos. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fontes_de_Recursos/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Formas de apoio. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/formas_apoio.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GERSCHEKRON, A. **Economic Backwardness in Historical Perspective: a book of essays.** London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

GURLEY, J.; SHAW, E. **Financial Aspects of Economic Development.** American Economic Review, v. XLV, n. 4, p. 515-538, Sept. 1955.

HERMAN, Jennifer. O papel dos bancos públicos. In: **Textos para discussão Cepal - Ipea, 15.** Brasília, DF: Cepal. Escritório no Brasil/Ipea, 2010. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28129/S2010948_pt.pdf?sequence=1>. Acesso em: 1 abr. 2016.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro.** 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 341 p.

HOBBSBAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

Legislação do Sistema BNDES – Estatutos. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/Empresas_Sistema_BNDES/Legislacao/index.html>. Acesso em: 25 abr. 2016.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo.** Campinas: Navegando Publicações, 2011. Disponível em: <www.eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2015.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente.** Tensões mund., Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 43-65, 2014

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo.** Cuadernos Políticos, número 12, editorial Era, México, D.F., abril-junio, 1977, p. 20-39.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución.** Siglo XXI Editores. México, 5ª ed., 1974, p. 07-23.

MARTINS, E. APERJ, Coleção DARF, **Documento 545**, p. 4. [s/d].

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**, Volume 1, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2015.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política**, Volume 1, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2015.

MARX, Karl. **O Capital**, Volume 3, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**, Volume 3, Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Missão, Visão e Valores. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/missao_visao_valores.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Grupo Odebrecht multiplicou por seis o faturamento no Governo do PT.** Política. O Estado de São Paulo, 23 mar. 2016. Disponível em: <www.politica.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-odebrecht-multiplicou-por-seis-o-faturamento-no-governo-do-pt,10000022771>. Acesso em: 29 mar. 2016.

Quem pode solicitar um financiamento. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/clientes.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

Planilhas com as operações de exportação pós-embarque. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/consulta_as_operacoes_exportacao/planilhas_exportacao_pos_embarque.html>. Acesso em: 10 maio. 2016.

Programas e Fundos – BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/>. Acesso em: 10 maio. 2016.

Rede de Instituições Credenciadas. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Instituicao_Financeira_Credenciada/instituicoes.html>. Acesso em: 30 abr. 2016.

Relação de Produtos Financiáveis Aplicável às Linhas de Financiamento à Exportação do BNDES Exim. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/circulares/2016/16Circ006_AEX.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

ROCHA, Marco Antonio Martins. **Grupos Econômicos e Capital Financeiro: Uma História Recente do Grande Capital Brasileiro.** Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia – Tese de Doutorado em Economia – 2013. Disponível em:

<www3.eco.unicamp.br/neit/images/Downloads/Marco_Rocha_TESE_Grupos_Economicos_e_Capital_Financeiro_2013.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SEABRA, Raphael Lana.; BUENO, Fabio Marvulle. **El protagonismo brasileño en el siglo XXI: ¿subimperialismo o semiperiferia?.** REBELA, v. 2, n. 1, jun. 2012. Disponível em:

<<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/download/72/150>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

Seguro de Crédito à Exportação. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fge/seguro.html>. Acesso em: 10 abr. 2016.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **A atuação do BNDES como agente indutor da inserção comercial do Brasil no governo Lula.** 3º Encontro Nacional ABRI 2011 2011. Disponível em:

<www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300041&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 mar. 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo.** Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy.** Londres: Cambridge University Press, 1979.

ZYSMAN, J. **Governments, Markets and Growth.** London: Cornell University Press, 1983.